

The background of the cover is a dense, repeating pattern of small, overlapping circles in various colors including red, orange, yellow, green, blue, and dark brown. The circles are arranged in a somewhat grid-like fashion but with some irregularities, creating a vibrant and textured effect.

GLOSSÁRIO DE INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

*Maria Antonia de Sousa
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque*

GLOSSÁRIO DE INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-Reitora PRPG MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA



EDITORIA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras E Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

CONSELHO CIENTÍFICO

MARIA AURORA CUEVAS-CERVERÓ (UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID /ES)
JOSÉ MIGUEL DE ABREU (UC/PT)
JOAN MANUEL RODRIGUEZ DIAZ (UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MANABÍ/EC)
JOSÉ MANUEL PEIXOTO CALDAS (USP/SP)
LETÍCIA PALAZZI PEREZ (UNESP/MARÍLIA/SP)
ANETE ROESE (PUC MINAS/MG)
ROSÂNGELA RODRIGUES BORGES (UNIFAL/MG)
GUSTAVO HENRIQUE DE ARAÚJO FREIRE (UFRJ/RJ)
SILVANA APARECIDA BORSETTI GREGORIO VIDOTTI (UNESP/MARÍLIA/SP)
LEILAH SANTIAGO BUFREM (UFPR/PR)
MARTA MARIA LEONE LIMA (UNEB/BA)
LIA MACHADO FIUZA FIALHO (UECE/CE)
VALDONILSON BARBOSA DOS SANTOS (UFCE/PB).

Maria Antonia de Sousa
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

GLOSSÁRIO DE INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Editora UFPB
João Pessoa
2020

Direitos autorais 2020 - Editora da UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de
14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no
artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico Editora da UFPB
Edição Eletrônica e Rildo Coelho
Design da Capa

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

S725g Sousa, Maria Antonia de.
Glossário de informação étnico-racial/ Maria Antonia de
Sousa, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque. – João
Pessoa : Editora UFPB, 2020.
164 p.

ISBN: 978-85-237-1513-7

1. Informação. 2. Informação Étnico-racial.
3. Representação da Informação. 4. Glossário. I. Albuquerque,
Maria Elizabeth Baltar Carneiro. II. Título.

UFPB/BC

CDU 007(038)

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I – s/n

João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
www.editora.ufpb.br
editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Livro aprovado para publicação através do Edital N° 01/2019, financiado pelo Programa de Apoio a Produção Científica - Pró-Publicação de Livros da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

*A todos os (in)visíveis, aqueles que
sofrem toda ordem de aculturação
e se sentem violentados em
seus desejos e valores.
Dedico.*

PREFÁCIO

O Glossário de Informação Étnico-racial, obra que honrosamente prefacio, está estruturado com uma narratividade científica de estimado valor social. Construído dentro dos altos padrões de escrita e normatividade científica, esta obra se apresenta conectada à Ciência da Informação (CI) e contribui para consolidação do paradigma social da CI. A obra é um vetor da responsabilidade social da Ciência da Informação e é publicado em um momento histórico e social onde se clama por referências à tolerância, pelo respeito ao outro, pela visibilidade das minorias sociais, pela luta e redução das desigualdades sociais e pelo combate às práticas de preconceito.

Numa narrativa científica primorosa, as autoras aplicam o conceito de informação étnico-racial no contexto das africanidades e lutas históricas da população negra, servindo de instrumento de memória, de reconstrução das relações sociais e identitárias e de produção de novos significados sobre a história e cultura africanas e afro-brasileiras.

Pisando firmemente no terreno da Representação da Informação, a obra discute instrumentos de disseminação dos conteúdos materiais, históricos e culturais da ancestralidade africana, reduzindo a invisibilidade da informação étnico-racial no contexto das africanidades.

A agradável leitura desta obra proporcionará aos leitores o contato com uma fundamentação teórica bem articulada que contempla clássicos e autores atuais.

O fio metodológico é preciso e se pragmatiza por meio dos procedimentos semânticos de tematização, figurativização e discursivização.

A obra apresenta os temas comunicação, escravidão, libertação, cultura, culinária e religião como categorias indispensáveis ao debate sobre informação étnico-racial produzida sobre e para a população negra.

A obra proporciona uma leitura permeada de provocações e reflexões. Dá oportunidade aos leitores de resignificar posicionamentos e reduzir preconceitos raciais.

Torço para que cada leitor, revisitando a história, os elementos das identidades africanas e afro-brasileiras e as categorias fundantes desse glossário, sejam impactados por esta obra científica no sentido de se tornarem combatentes das práticas de racismo nos seus lugares de fala.

Axé, ora yê yê ô, ogunhê!

Prof. Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira

SUMÁRIO

Capítulo 1

A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL DA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO12

Capítulo 2

MEMÓRIA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DAS RELAÇÕES SOCIAIS
PARA A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAIS20

Capítulo 3

O VALOR DA INFORMAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO28

Capítulo 4

A INVISIBILIDADE DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO
BRASILEIRO36

Capítulo 5

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E OS INSTRUMENTOS DE
DISSEMINAÇÃO DOS CONTEÚDOS MATERIAIS, HISTÓRICOS E
CULTURAIS DA ANCESTRALIDADE AFRICANA48

Capítulo 6

A UTILIZAÇÃO DA SEMÂNTICA DISCURSIVA COMO ALIADA DA
PREPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO60

6.1 OS PROCEDIMENTOS SEMÂNTICOS DE TEMATIZAÇÃO E
FIGURATIVIZAÇÃO E A DISCURSIVIZAÇÃO66

6.1.1 TEMATIZAÇÃO68

6.1.2 FIGURATIVIZAÇÃO	69
6.1.3 DISCURSIVIZAÇÃO	70

Capítulo 7

CONFIGURAÇÕES DISCURSIVAS.....	74
--------------------------------	----

Capítulo 8

GLOSSÁRIO.....	82
8.1 TEMA COMUNICAÇÃO	82
8.2 TEMA ESCRAVIDÃO	84
8.3 TEMA LIBERTAÇÃO.....	93
8.4 TEMA CULTURA	102
8.5 TEMA CULINÁRIA.....	116
8.6 TEMA RELIGIÃO	124

REFERÊNCIAS	139
--------------------------	-----

SOBRE OS AUTORES	162
-------------------------------	-----

Capítulo 1

**A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE
DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-
RACIAL COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL
DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Capítulo 1

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A elaboração do presente **Glossário de Informação Étnico-racial** na perspectiva da etnia de origem africana é fruto de pesquisa apresentada em forma de **Dissertação** ao **Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação** intitulada *Informação étnico-racial: uma proposta de glossário sob a égide da Semântica Discursiva* e permitiu a visualização da área com mais clareza, e com um melhor entendimento dos conceitos dessa área.

Acredita-se que o resultado gerado pela obra constitui-se como um excelente instrumento de disseminação, democratização e preservação dos conteúdos materiais, históricos e culturais da ancestralidade africana e poderá contribuir para a inserção da cultura afrodescendente no cenário atual que, por sua vez, minimizará a invisibilidade do ciclo informacional próprio da etnia em referência. Isso se se considerar que a compreensão do mundo atual implica análise e conhecimento das transformações econômicas, políticas e culturais que pontuam a existência humana e influenciam diretamente nos modos de agir, pensar, produzir e viver.

A literatura é robusta em apontar a sociedade contemporânea como sendo a que utiliza como insumo de desenvolvimento de diversos aspectos dessa sociedade a produção do conhecimento e sua materialização.

Essa sociedade tem sido descrita como *da informação, do conhecimento, da aprendizagem, da cognição, da comunicação*, tantos outros nomes. A volatilidade espelhada na velocidade com que gera, transmite e processa a informação é a característica mais palpável aos olhos dos pesquisadores dessa sociedade cuja Ciência da informação está nela inserida e traz consigo a informação como objeto de estudo.

O panorama apresentado pressupõe a importância da representação da informação que, embora seja resultado de uma longa evolução na atualidade, parece expandir-se novamente em direção a novas formas de compreensão e de meios de preservação com o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação ou Tecnologias Intelectuais.

É importante lembrar que, apesar de o assunto já ter suscitado outras propostas de estudo, ainda é possível preencher alguns espaços em branco e construir ferramentas que auxiliem a organização, o registro e a representação da informação.

A premência de investimentos nessa linha de investigação é fator preponderante na tarefa de facilitar o diálogo com outras áreas do conhecimento e atender às necessidades de pesquisadores que, por sua vez, precisam compreender a terminologia de sua área de atuação para melhor desenvolver seus estudos. Para entender essas novas possibilidades, é salutar identificar o conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certos tipos de informações para o estudo e explicação de determinados processos.

Diante desses pressupostos, debruçou-se sobre a informação étnico-racial, na perspectiva da etnia de raízes africanas e afrodescendentes. Considera-se informação étnico-racial, nesta obra, o conceito formulado por Oliveira (2010, p. 56), com base na teoria de Dahlberg, que a define como:

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana.

A representação da informação étnico-racial é responsabilidade ético-social da Ciência da Informação e caracteriza-se como um campo fértil para receber tratamento adequado, e a sua articulação com os fundamentos teóricos da Ciência da Informação tem a finalidade de resgatar, disseminar e agregar valor a esse tipo de informação, assim como a outras espécies, acatando o princípio da heterogeneidade (AQUINO, 2010, 2011; SANTANA, 2012; SILVA, 2014), porquanto ser através de sua organização e representação que os pesquisadores podem minimizar os efeitos da invisibilidade constatada nesse âmbito.

Enfoca-se aqui a invisibilidade conceituada por Cananea (2001), que se embasa na proposta de Critelli (1981), quando esta supõe que os “invisíveis” são aqueles violentados em seus desejos e valores e que sofrem toda ordem de aculturação, entendida como a predominância de uma cultura sobre outra, que se torna periférica, passando a ter a visão de mundo imposta pela cultura dos setores economicamente dominantes da sociedade. Em nota de Cananea (2001), esse conceito considera como invisível o “subalterno”, na perspectiva de Gramsci. A obra destaca o invisível, por óbvio, não sendo visto, mesmo estando presente no ambiente em questão e não fazendo parte do todo e aborda a invisibilidade como consequência da prática de indexação e representação da informação no âmbito das universidades públicas, que ainda não atribuem a importância devida à informação étnico-racial na mesma proporção com que valorizam

outros tipos de informação, por exemplo, a da história e a da cultura europeia e de seus representantes.

Enfoca-se a invisibilidade enquanto resultado da quantidade incipiente de estudos sobre temas de interesse da população afrodescendente, a citar a história da África e do negro, aqui incluídos cultura, tradições, religião ou idioma da língua materna como condicionantes do sentimento de pertença ou “bem-estar” identitários. Isto porque os pesquisadores das universidades públicas têm dado prioridade e reconhecido como produção de conhecimento apenas os trabalhos que se enquadram em temas universais e que se aproximam de pensamentos e práticas eurocêntricas.

Enfatiza-se, por fim, outras áreas da Sociedade Civil que contribuem para a invisibilidade da informação étnico-racial, a exemplo da rede pública de ensino do Estado da Paraíba que, apesar de respaldada em documentos oficiais para tornar obrigatório o tema História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na grade curricular das escolas, ainda não atende essa obrigatoriedade e, a julgar pela falta de iniciativas nesse sentido, essa prática está distante de se tornar realidade.

Ao vislumbrar esses pressupostos, intentou-se a analisar a informação étnico-racial na perspectiva da etnia de raiz africana e afrodescendente, com base na semântica discursiva, visando à conceituação de temas abordados no contexto referido. Nessa direção, a investigação desmembrou-se da seguinte forma: a) mapear as fontes de informação; b) identificar descritores; c) elaborar o glossário de informação étnico-racial.

Afasta-se a ideia de privilegiar a classe de informação aqui enfocada e, de forma que respeite a cultura do outro, deseja-se tratá-la de forma equitativa para sua inserção e legitimação como parte integrante do contexto social atual.

O glossário, resultado final da presente construção, tem o propósito de articular a informação étnico-racial de que se fala com os

fundamentos teóricos da Ciência da Informação para resgatar, disseminar e agregar valor ao conhecimento da ancestralidade africana e de seus descendentes. Espera-se oportunizar visibilidade e importância devida e adequada ao fluxo informacional etnocêntrico.

A relevância social, científica e pessoal da pesquisa está ancorada no pressuposto de que procura condições necessárias para alicerçar os variados desafios impostos pela sociedade da informação que, através da representação da informação étnico-racial, adequadamente tratada, possibilitará contribuir, de forma prática, para a inserção da cultura afrodescendente no cenário atual que, por sua vez, poderá minimizar a invisibilidade do ciclo informacional próprio da etnia de origem africana (AQUINO, 2009, 2011; FLORES; CAVALCANTI, 2011; SANTANA, 2012; SILVA; AQUINO, 2011; CHAGAS, 2011).

Nesse sentido, vislumbra-se o glossário de informação étnico-racial, construído sob os auspícios da semântica discursiva, como um instrumento relevante de disseminação, democratização e preservação dos conteúdos materiais, históricos e culturais da ancestralidade africana, tanto para a comunidade acadêmica quanto para outros setores da sociedade, considerando que: a) é uma necessidade inerente a todos os pesquisadores/estudiosos o conhecimento da terminologia de suas áreas de atuação; b) inexistem iniciativas no sentido de construção de glossário de informação étnico-racial; c) a informação étnico-racial é pouco difundida no ambiente acadêmico; d) são incipientes os estudos que permitem a inserção da cultura afrocêntrica no panorama atual de hegemonia eurocêntrica e, para isso, objetivou-se construir, sob a égide da semântica discursiva e com base nos instrumentos e suportes já disponíveis, um glossário de informação étnico-racial.

Optou-se iniciar pelo estudo da memória e, observando como as relações que se constituem no passado e no presente são importantes

para a formação de identidades. Nesse particular, vislumbrou-se um elo pertinente com a Ciência da Informação, dentro de seu universo de sentidos, tendo em vista que esta área do conhecimento investiga o funcionamento dos processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação, elemento básico que constitui todo conhecimento e peça fundamental para a evolução da espécie humana.

O passo inicial foi abordar o conceito e o sentido de memória proposto por Azevedo Netto (2008b); a fundamentação teórica em Le Goff (2003), que discorre sobre a consolidação da memória no espaço, no objeto, na imagem, no suporte, enfim, nas representações e nos discursos constituintes do documento; em Halbwachs (2006), que foi o primeiro teórico a estudar a memória como a que se estrutura em identidade de grupo; em Paul Ricœur (2007), que se dedicou às questões culturais e históricas sob a perspectiva da fenomenologia e da hermenêutica, fomentando a discussão sobre a memória e a memória cultural; em Diehl (2002), que traça um perfil da cultura historiográfica brasileira das últimas décadas e discute os elementos mais significativos da modernidade e da pós-modernidade; e, na obra *Memória e Identidade*, Joel Candau (2012), que justifica a necessidade do homem de registrar seus feitos ao criar mecanismos pelos quais pretende se perpetuar. Nesse particular, identificou-se a formação do elo entre a memória e a Ciência da Informação.

Também se achou pertinente abordar a informação, a ampliação de seus significados, bem como a inversão em suas características, com a utilização de teorias de outras áreas como a antropologia cultural e a semiótica. A pertinência do assunto relaciona-se com o binômio comunicação-informação, que se traduz como peça vital para o desenvolvimento da sociedade.

Igualmente importante foi o enfoque da informação étnico-racial, na perspectiva da etnia de raiz africana, baseado no conceito de Oliveira (2010). Entende-se que essa vertente potencializa a compreensão da informação étnico-racial como capital social e herança cultural da ancestralidade negra e de seus descendentes e com capacidade de transformá-la em conhecimento através do tratamento adequado dado no momento da representação e da organização da informação.

Acredita-se, finalmente, que a organização e representação da informação na sociedade atual pressupõem desafios e suscitam novos estudos em sua tarefa de socializar o conhecimento de forma racional. E, por se tratar de um processo de tamanha complexidade, não pode ser reduzido à intervenção eletrônica e nem tampouco a instrumentos e técnicas metodológicas, de forma que alinhar seu conteúdo à proposta envolve questões de natureza epistemológica, lógica, cognitiva, terminológica e tecnológica. Isso se se considerar que a informação, a partir do seu uso direcionado e aplicado a necessidades, é um potencial recurso à criação, reflexão e desenvolvimento da sociedade como um todo.

Elegeu-se como aliado principal o ambiente da *web*, em busca das fontes informacionais para a devida análise dos textos selecionados. A partir daí se utilizaram os procedimentos de figurativização e tematização da semântica discursiva para extrair as figuras da linguagem natural e atribuir temas às figuras identificadas. Os temas e as figuras se efetivaram como descritores e formaram, por fim, o glossário.

Capítulo 2

MEMÓRIA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DAS RELAÇÕES SOCIAIS PARA A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAIS

Capítulo 2

MEMÓRIA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DAS RELAÇÕES SOCIAIS PARA A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAIS

Para pautar a construção e o desenvolvimento desta obra, optou-se por iniciar com a ideia de memória, proposta por Azevedo Netto (2008b, p. 12), como um conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes no estabelecimento de uma relação entre a atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto. Esse mesmo autor dá sentido ao conceito de memória, afirmando que:

A noção de memória está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, mediante um processo de representação no qual são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individuais quer coletivas, aproximando-a, em muito, da noção de identidade (AZEVEDO NETTO, 2008b, p. 12).

Dessa forma, o desenvolvimento da arte da memória traduz-se como peça fundamental para a formação e consubstanciação da identidade individual e/ou coletiva, além de solidificar-se como objeto de estudo em todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, Meneses (1999, p. 12) aduz que:

A memória está em voga não só como tema de estudo entre especialistas. Também a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia. [...] Palavras-chave são resgate, recuperação e preservação – todas pressupondo uma essência frágil que necessita de cuidados especiais para não se deteriorar ou perder uma substância preexistente.

Para corroborar o assunto, a obra *A memória coletiva*, de Halbwachs (2006) demonstra que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não se tomar como ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de ponto de referência nesta reconstrução que se chama de memória. Sobre tais argumentos, Azevedo Netto (2008b, p. 14) entende que:

[...] a cultura material torna-se explicitamente um referente de vínculos de identidade e se desloca no tempo em forma de memória, por meio de uma postura arqueológica sobre essas formas de representação.

Rodrigues (2012, p. 49), numa perspectiva antropológica, faz uma relação entre a memória social e a identidade, embasado na já citada obra *Memória e identidade*, de Maurice Halbwachs (2006), ao afirmar que:

[...] a identidade reflete todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. Portanto, a memória coletiva está na base da construção da identidade.

O autor acredita que a memória coletiva fortalece o sentimento de pertença identitária, o que garante, de certa forma, unidade (no sentido de coesão), além de continuidade histórica do grupo.

Nesse particular, faz-se um recorte para dar um enfoque especial à identidade negra, entendida, aqui, como uma construção social e, de acordo com Gomes (2005, p. 43):

[...] também se caracteriza como histórica, cultural e plural, o que implica a construção do olhar de um grupo étnico-racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

Por sua vez, Diehl (2002, p. 111-112) aborda a dialética entre a memória e a identidade como “[...] a que constitui a chave de compreensão das perspectivas historiográficas que marcam os modos de pensar e reconstituir o passado na atualidade”. Segundo tal autor, a memória não deve ser entendida apenas como uma busca de informações acerca do passado, mas “[...] como um processo dinâmico da própria rememoração”.

Na opinião de Le Goff (2003, p. 419):

Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Sob essa ótica, de acordo com Oliveira e Rodrigues (2011), as limitações da memória humana fizeram com que o homem buscasse em recursos externos, as memórias artificiais, que serviriam como compensação para o esquecimento e a necessidade de possibilitar o acesso aos registros

por ele produzidos no decorrer do tempo, o que conduziu à criação dos lugares de memória que, por sua vez, se destinariam a preservar os registros do conhecimento humano nas suas mais diversas formas de materialização: arquivos, bibliotecas, museus etc.

Da mesma forma, o desenvolvimento e a sistematização de determinadas práticas utilizadas para a conservação e o acesso a esses registros deram origem a novos campos do saber: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Essas disciplinas estabelecem diretrizes e parâmetros para as práticas profissionais relacionadas aos registros de memória e reconhecem a função social desempenhada por seus profissionais na sua preservação e divulgação.

Compartilha-se das ideias das autoras, quando estas afirmam que:

[...] seja qual for a abordagem adotada – memória humana, artificial ou social, a informação, como objeto de estudo, é o atrator, por excelência, do conceito de memória no âmbito da Ciência da Informação no Brasil (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 312).

A obra *Memória e Identidade*, de Joel Candau (2012), foi primordial para fazer um elo entre a Memória e a Ciência da Informação. O autor justifica a necessidade do homem de registrar seus feitos. Alega que, mesmo que suas capacidades memoriais sejam consideráveis, ele nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória. Deste modo:

Recordar, assim como esquecer, é, portanto, operar uma classificação de acordo com as modalidades históricas, culturais, sociais, mas também bastante idiossincráticas, como

ilustra o ordenamento evocado por Perce em Pensar/classificar. É a partir de múltiplos mundos classificados, ordenados e nomeados em sua memória, de acordo com uma lógica do mesmo e do outro subjacente a toda categorização – reunir o semelhante, separar o diferente – que um indivíduo vai construir e impor sua própria identidade (CANDAUI, 2012, p. 84).

O autor ainda acrescenta que “a necessidade de recordar é, portanto, real, mesmo que apenas para que não nos tornemos seres ‘pobres e vazios’” (CANDAUI, 2012, p. 126). Nesse fato reside o objetivo da memória em Ciência da Informação, dentro de seu universo de sentidos. Esta área do conhecimento investiga o funcionamento dos processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação. Para Robredo (2003, p. 105), seria “[...] o estudo da informação, com critérios, princípios e métodos científicos”. Acrescente-se a isso que a Ciência da Informação:

[...] é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Tal entendimento é corroborado por Le Coadic (2004) quando enfatiza que a Ciência da Informação, de prática de organização, tornou-se uma ciência social rigorosa que se apoia em uma tecnologia também rigorosa e que tem como objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), bem como análise de seus processos de construção, comunicação e uso.

É importante frisar que, graças à explosão informacional e à fragmentação do conhecimento, o desenvolvimento de pesquisas conduziu ao surgimento da Ciência da Informação atrelada ao viés tecnológico quando incorporou tratamento racional e analítico do conteúdo dos documentos. Somado a isso, Mendonça (2007, p. 164) aborda o campo da Ciência da Informação como “[...] um espaço social de produção do discurso científico e os pesquisadores são os construtores diretos da realidade desse campo”.

Nesse sentido, o registro de informações (aqui entendidos como documentos) é elemento de grande relevância para a memória social, em seus variados suportes, seja em nível local, regional ou nacional, e o que atribui relevância a esses documentos é a possibilidade de (re) construção da memória e da formação de identidades a partir desses registros que necessitam ser organizados, preservados e disseminados. Nessas operações, está incluído o aspecto da seleção, ligado ao binômio lembrança e esquecimento, cuja escolha sobre o que fará parte da memória é compreendida como uma luta, ou como um acordo entre os grupos sociais, além de ser recheada de questões políticas e ideológicas e, por vezes, antagônicas entre si.

Igual relevância é atribuída à preservação memorialista de conteúdos de um determinado grupo de domínio que, na ótica da representação da informação é papel preponderante para eleger os documentos representados, organizados e preservados como suporte para tentar garantir a “imortalidade” tão perseguida pela humanidade, através da resignificação de acontecimentos e da tentativa de perpetuação dessas informações, de forma que se evite a dispersão informacional. Essa prática permitirá a (re)construção de novos significados do que foi registrado nesses documentos, e isso se constitui como um meio dinâmico, fruto de um processo organizacional, que dará suporte à formação de identidades.

Capítulo 3

O VALOR DA INFORMAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO

Capítulo 3

O VALOR DA INFORMAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO

A trajetória evolutiva do ser humano nos conduziu a transformações e mutações incomensuráveis em todos os setores da vida social. Observa-se, de forma simultânea, a descentralização de populações e de serviços; novas formas e lugares de territorialização, de espaço e de tempo; mudanças de paradigmas; novos comportamentos da sociedade; revoluções socioculturais; aprimoramentos jurídicos, surgimento de novos paradigmas tecnológicos e transformação dos papéis sociais. A família, a economia e a política ganharam novos aspectos. O mundo da cultura e do trabalho tem, hoje, outras formas. A informação passou a ser a “mercadoria” mais valorizada.

O pesquisador Freire (2004, p. 43) destaca a importância da informação ao proferir que ela:

[...] em seu sentido mais amplo, sempre foi fundamental para a evolução da espécie humana e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de sociedades cada vez mais estruturadas intelectualmente.

O autor também evidencia a curiosidade humana afirmando que após a descoberta de como fazer o fogo, imprescindível na nossa trajetória evolutiva, o ser humano criou diversas formas de produção de

seus artefatos e passou de coletores de frutas a coletores de informação (FREIRE, 2004, p. 48).

Com efeito, desde os primórdios da evolução da humanidade, a informação, no sentido geral de comunicação,

[...] esteve presente através da técnica e da linguagem, isto é, da maneira sobre como fabricar determinados objetos a exemplo de roupas, armas, armadilhas, mapas, entre outros, como também na forma de transmitir o conhecimento sobre esse fazer. Por sua vez, a técnica como linguagem, é criada em uma determinada cultura, de acordo com as suas necessidades econômicas e sociais e irá evoluir de acordo com o contexto em que se encontra (FREIRE, 2006, p. 7-8).

Para corroborar esse raciocínio, recorreu-se aos autores Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010, p. 63), quando estes fazem uma abordagem preliminar da informação como “[...] elemento básico constitutivo de todo conhecimento, seja simples ou complexo, e observam que as pessoas se convertem, de modo geral, em analistas de informação”.

A percepção de Azevedo Netto (2008b, p. 8) sobre a informação é que esta:

[...] passa a ser vista como um fenômeno inerente à prática humana, ligando-a aos aspectos socioculturais em que essa informação é produzida. Assim, o foco principal dos estudos passa a ser não mais a informação em si mesma, de modo autônomo e positivo, mas como um evento dentro de um processo comunicacional.

Se se considerar que toda e qualquer relação humana pressupõe um tipo de comunicação e que todo conhecimento é gerado pela

informação, o binômio comunicação-informação traduz-se como fator de extrema relevância para a atual sociedade. Desta feita,

[...] informação, conhecimento e comunicação são fenômenos que tomam corpo nas práticas e representações sociais, tanto quanto nas relações que se estabelecem entre os sujeitos coletivos (MARTELETO, 2011, p. 105).

Pressupondo como verdadeiro o adágio popular que diz que “informação é poder”, acrescenta-se a constatação de Silva (2011, p. 141) de que informação também é produto, portanto, consome-se. Essa premissa é comprovada ao observar-se que a comunicação desta informação “[...] costuma seguir as próprias regras do mercado, ou ainda, o seu próprio valor de verdade na construção da realidade”.

Sobre tal teoria, Azevedo Netto (2007, p. 6-7) afirma:

Concordando-se explicitamente com a visão da informação enquanto artefato, vendo-a como resultado da ação intencional de uma forma de registro, esta informação passa por diversos níveis de interpretação, por conseguinte de contextualização, dentro do processo, já mencionado, de interlocução, no qual a experiência-distante passa a ser a experiência-próxima.

Aborda-se a capacidade de modificação da informação na ótica de Freire (1999, p. 58), “[...] na medida em que esta estabelece novas relações, conjunturas, discursos e sentidos”. A autora ressalta que:

[...] nesse processo, os sujeitos constroem, reconstroem e desconstroem, individual e conjuntamente, os sentidos, criando e recriando continuamente novas informações com sentidos peculiares ao contexto, que remetem ao lugar em

que estes sujeitos se encontram posicionados na sociedade e envolvidos pelas formações discursivas que controlam as expressões, as palavras, os textos e as informações que devem ser ou não enunciadas (FREIRE, 1999, p. 58).

Ademais, a convicção de Gómez (1995, p. 4) sobre a informação dentro do pensamento moderno é que esta “[...] parece designar um operador de relação, a mediação de um agir relacionante que se sustenta em um jogo contingente de previsão e imprevisão, de redundâncias e de diferenças”.

Dessa forma, se percebe a ampliação da noção de informação, uma vez que os antigos conceitos já não bastavam para analisar sua fugacidade. Lyra (2016, p. 351), em sua resenha do artigo *Information as thing*, de Buckland, publicado em 1991, afirma que:

A importância desse artigo é reconhecida pela ampliação da noção de informação, utilizando aporte teórico da antropologia cultural e da semiótica, problematizando o ato de informar, seu significado, suas características intangível e subjetiva, imaterial, desmaterializada, como processo de representações físicas, além de apresentar a informação com a noção de um elemento mensurável, tratável e quantificável.

O artigo em referência ganhou relevância, segundo Holanda e Silva (2012), por criticar a visão reducionista dos documentalistas que generalizam o termo informação como algo contido exclusivamente em um suporte, documentado, excluindo a possibilidade de se conceber a meta-informação.

Na obra *A informação como utopia*, J. Paulo Serra (1998) faz uma comparação entre a *sociedade da informação* e a *sociedade esclarecida* do *Movimento Iluminista*. Para o autor, tanto a primeira quanto

a segunda sociedade, almejam, utopicamente, a construção de uma comunidade humana justa e composta por pessoas livres. A informação seria a responsável pela tão pretendida “libertação”. A diferença entre elas seria medida em grau e em amplitude. Em uma se vislumbraria maior ou menor oportunidade de acesso ao saber e, conseqüentemente, ao poder, enquanto na outra teria menor ou maior caráter globalizante. Essa constatação se bifurca em duas vertentes antagônicas: de um lado, a esperança utópica de um mundo mais justo e igualitário e, do outro, o receio da desumanização.

Além disso, é fato notório que a evolução tecnológica alcançou dimensão gigantesca nos últimos tempos e, junto com ela, a informação também avançou. A velocidade com que é processada e disseminada é espantosa. De acordo com essa evolução, é forçoso conjecturar se, daqui a algum tempo, têm-se condições de absorvê-la e/ou processá-la de forma proveitosa.

Nesse caso, a sugestão de Holanda e Silva (2012) é pensar em como tornar útil esta informação acumulada pelas novas tecnologias de informação e de comunicação, concebendo a cultura atual como menos linear e com uma atitude mais relacional, através do estímulo e manutenção de uma memória do que está sendo construído no presente, tanto no plano micro quanto no macrossocial, nos ambientes reais e virtuais, mesmo que, futuramente, a opção seja pelo esquecimento. Mas um esquecimento como seleção e não como determinação, figurado principalmente na liberdade de expressão.

A partir desses pressupostos, tem-se como certo que, independente de como é caracterizado, o mundo jamais será o mesmo. Os processos de informação e comunicação pelas tecnologias trazem para a atualidade alguns paradoxos importantes como informar e compartilhar X individualização das pessoas; busca de novas e inovadoras relações

de trabalho X instigação para o consumismo e para a competitividade exacerbada; entendimento de que à medida que informa, desinforma e, enquanto discute compartilhamento, seleciona acessos.

Capítulo 4

A INVISIBILIDADE DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Capítulo 4

A INVISIBILIDADE DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Os problemas mais frequentes da coletividade humana parecem ser os mesmos de anos atrás, a exemplo de: desigualdades, miséria, fome, exploração do homem pelo homem, guerras e, em especial, preconceito. Desde que o ser humano nasce, está exposto a situações de incertezas e crises, e o modelo econômico adotado pelas nações atuais faz com que seja assim. Isso também se aplica à luta da comunidade negra, que busca seu espaço nesse mundo excludente, na tentativa de assegurar para si a liberdade, a segurança e a igualdade social.

Até pouco tempo atrás, a tão sonhada liberdade confundia-se com a autonomia da vontade. O indivíduo poderia fazer tudo que não estivesse proibido, elevando o direito subjetivo a um patamar de direito absoluto. A igualdade, modernamente compreendida, precisa superar essa igualdade formal, estabelecida pela *Revolução Francesa*, que tinha como máxima *Igualdade, Liberdade e Fraternidade*.

No dia 10 de dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III), da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foi proclamada a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), documento considerado marco na história dos direitos humanos, a ser usada como norma comum para todos os povos e nações. Foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, estabelecendo, pela primeira vez, a proteção universal

dos direitos humanos. Desde a sua adoção, a DUDH foi traduzida para mais de 360 idiomas e se configura como o documento mais traduzido do mundo. A Assembleia Geral da ONU proclamou a citada Declaração

[...] como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 4).

A norma estabelece:

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 4-5).

Desta feita, entende-se que a liberdade individual deve ser limitada pelo princípio da solidariedade. Sempre que o exercício da liberdade conflitar com a solidariedade social, há que se operar uma ponderação entre os valores em conflito para, no caso concreto, sem se negar vigência a qualquer deles, constatar qual o que mais se aproxima da promoção da dignidade da pessoa humana, considerando que o princípio da dignidade da pessoa humana é critério basilar para a construção do conceito material de direitos fundamentais de respeito à vida, à liberdade e à igualdade de cada ser humano.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) proclama em seu artigo 5º, que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

Donizetti (2007, p. 52-53) acredita que a Carta Magna referida é adepta das orientações da DUDH da ONU:

[...] erigir a dignidade da pessoa humana ao patamar de fundamento da República Federativa do Brasil, impondo dessa forma, que as relações humanas sejam estabelecidas à luz desse princípio, que se exteriorizará à medida que o valor da pessoa for o ponto de referência para a compreensão das relações interpessoais.

Registre-se que, atualmente, mais que o direito à igualdade, exsurge como fundamental o direito à diferença. Garantia às minorias de se manifestarem livremente, sem a necessidade de terem de adotar comportamentos uniformizantes que lhes descaracterizem como tal,

conforme lembra Boaventura de Souza Santos (1997, p. 122): “[...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

Para Chiriboga (2006, p. 49), o direito à identidade cultural consiste:

[...] no direito que todo grupo étnico-cultural e seus membros tem de pertencer a uma determinada cultura e de ser conhecido como diferente, conservar sua própria cultura e patrimônio cultural tangível e/ou intangível e a não ser forçado a fazer parte de outra cultura diferente ou a ser assimilado, ainda que de forma involuntária, por ela.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no seu preâmbulo da *Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural* (2001), prescreve que a cultura deve ser considerada como:

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

O Mesmo diploma legal sobre o tema *Diversidade Cultural e Direitos Humanos*, em seu artigo 4º, ainda prevê que:

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito pela dignidade da pessoa humana. Implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones.

Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.

Para Canclini (2007, p. 41), a cultura compreende o conjunto dos processos sociais de significações ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social.

Somada a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) preconiza em seu artigo 2º que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Tanto esse artigo quanto outros instrumentos jurídicos e normativos pressupõem o ensino e a educação, e, nesse âmbito, está a transferência cultural, como trajeto natural para desenvolvimento de aptidões e potencialidades que possibilitam práticas cidadãs de respeito aos direitos humanos e que reflitam na evolução da sociedade. Dessa forma, acredita-se que a educação, de modo geral, deve ser pautada nos princípios da justiça, da ética e da solidariedade.

Também se concorda com Aquino (2011, p. 55) quando esta afirma que:

A responsabilidade ético-social do Governo, da Sociedade Civil e das Universidades Públicas com os (as) negros (as) não findou com a Abolição porque a libertação dos ancestrais foi uma decisão frágil, descompromissada, sem uma política de inclusão. Incluir é pensar que ética e responsabi-

lidade são inseparáveis para resolver as desigualdades sociais em todos os níveis.

É forçoso observar que a comunidade negra já percorreu uma longa caminhada até a atualidade, contudo, a despeito de todo avanço, os negros ainda estão longe de ser completamente livres das desigualdades. E fala-se em ações afirmativas como a de cotas nas universidades públicas e a de obrigatoriedade de educação étnico-racial nas escolas. A ação afirmativa mais recente foi aprovação da Lei 12.990/2014 (BRASIL, 2014), de 09 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

As desigualdades incidentes na população de origem africana e em seus descendentes têm despertado o interesse de alguns pesquisadores e, além das conquistas já citadas, outros passos importantes na tentativa de cumprimento das legislações e orientações já foram dados.

Um estudo importante foi o de Oliveira (2010) que, em sua dissertação, debruçou-se de forma sistematizada sobre o assunto e, com base na Teoria do Conceito de Dahlberg, construiu o conceito de informação étnico-racial, sem negligenciar a adoção de pressupostos filosóficos que fundamentaram o processo. A *posteriori*, este mesmo pesquisador acrescentou que:

[...] o conceito de informação étnico-racial incorpora dois aspectos: um objetivo e um subjetivo. O primeiro diz respeito aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais. O segundo refere-se ao potencial de pro-

dução de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico (OLIVEIRA, 2012, p. 487).

Outro exemplo foi o da pesquisadora Aquino (2009, 2010, 2011), que oportunizou discussões e reflexões na perspectiva de gerar novas ideias como a formulação de projetos e políticas que conduziram a estratégias com potencial de inibir práticas preconceituosas, discriminatórias e racistas que afetam diretamente os grupos sociais etnicamente vulneráveis em diversos setores da sociedade e especialmente nas universidades públicas. Essa pesquisadora também pretendia dar mais visibilidade à informação étnico-racial através de seus estudos e orientações.

Apesar das diversas tentativas de minimização das desigualdades enfrentadas pelos negros, de acordo com a análise multivariada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), entre os incluídos digitais tem-se a seguinte estatística: 79,77% da população branca têm acesso a computadores em dissonância com 15,32% de pardos e 2,42% dos negros. Em termos de acesso, apenas 4% dos negros têm computador em casa. O mapa revela também que, se comparado a pessoas indígenas e afrodescendentes, mas com as demais características observáveis idênticas (classe social, escolaridade etc.), a chance de um branco em relação a um não branco de possuir um computador é de 142% (FLORES; CAVALCANTI, 2011, p. 98).

No caso específico do contexto acadêmico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por exemplo, vários estudos já foram feitos, e os resultados apontam que a produção do conhecimento sobre temas de interesse da população afrodescendente, por exemplo, os conteúdos que dizem respeito à história da África e do negro ainda é (in)visível na memória

da ciência da instituição. Um desses estudos é o Projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenado por Aquino (2009), intitulado Memória da ciência: a (in)visibilidade dos(as) negros(as) na produção do conhecimento. Nele, a justificativa para esse tipo de comportamento é de que os pesquisadores dão:

[...] prioridade à concepção de ciência que reconhece como produção de conhecimento apenas aqueles trabalhos que se enquadram nos temas universais. Entretanto, podemos visualizar que os temas mais trabalhados pelos (as) pesquisadores (as) têm como prioridade os estudos sobre a “literatura negra”, a “mulher negra” e “identidade negra”. É certo afirmar que o contexto sociocultural onde estamos situados não é diferente do século XIX quando o Brasil buscava construir sua unidade nacional e identidade, em que a elite branca negava a presença do (a) negro (a) (e índio) apagando da memória os valores culturais de um povo (AQUINO, 2009, p. 5).

O mesmo projeto conclusivo dessa pesquisadora afirma que a caixa-negra dessa instituição acolhe pesquisas realizadas por pesquisadores(as) de diversos centros e áreas de conhecimento, reunindo uma produção de conhecimento permeada por negações, eliminações, supressões, esquecimentos e silêncios sobre temas que interessam à população de matriz africana – negros(as), pretos(as) mestiços(as) -, deixando-os(as) pouco visíveis. A pesquisa também critica a insuficiência da produção de conhecimento sobre a temática étnico-racial nas universidades cuja redução é justificada por alguns pesquisadores que defendem que os estudos e pesquisas científicas devem priorizar temas universais, preferindo o pensamento eurocêntrico (AQUINO, 2009).

Em sua dissertação de mestrado, Santana (2012, p. 20) constatou que as bibliotecas universitárias ainda não se preocupam adequadamente com a cultura afrocêntrica, pelo menos na mesma proporção com que se preocupa com a cultura eurocêntrica em sua prática de organização e representação da informação. Em seu trabalho, a autora ressalta a importância de se trabalhar de forma adequada com a informação étnico-racial, e esse particular se configura como capital social capaz de transformar em conhecimento, respeitar a cultura do outro, acolher a múltiplas identidades, manter o princípio da heterogeneidade, compreender a diversidade cultural brasileira e reconhecer a nossa sociedade como legitimadora de certos padrões de comportamento que ocultam a memória, a cultura e a identidade.

A temática da invisibilidade da informação étnico-racial dentro da UFPB também é ressaltada da seguinte forma:

Os resultados confirmam que os programas de pós-graduação mantêm uma produção de conhecimento sobre a temática étnico-racial com pouca visibilidade, uma vez que são quase inexistentes as informações nas bibliotecas e Currículos Lattes dos(as) pesquisadores(as) inseridos nesses programas (SILVA; AQUINO, 2011, p. 104).

Somada a isso, a política de ação afirmativa para ingresso de negros(as), oferecida pelo Processo Seletivo Seriado de 2011 da UFPB, resumiu-se a um total de 7.017 vagas nos quatro *campi* da instituição. Essa inclusão ainda é insuficiente, porque a reversão do quadro de desigualdade educacional ainda exige uma maior responsabilidade ético-social para com a população negra (AQUINO, 2011).

Não obstante estar respaldada nos documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são as

diretrizes elaboradas pelo Governo Federal para orientar a educação; da Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*, a inserção dos conteúdos pertinentes à história da África e do negro ainda não se constitui realidade na rede pública de ensino na Paraíba (CHAGAS, 2011).

As autoras Silva e Aquino (2011) realizaram, em parceria, um estudo intitulado *A (in)visibilidade de negros(as) na produção do conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB*. O estudo teve como objetivo analisar a produção do conhecimento sobre a temática étnico-racial em sete programas de pós-graduação da instituição, no intuito de identificar como o(a) negro(a) está representado(a) nesta universidade.

Do estudo, foram identificados 745 trabalhos (anais, artigos e dissertações e teses) produzidos. Os resultados confirmaram que a produção de conhecimento sobre a temática étnico-racial é quase invisível. As autoras alertam para a necessidade de iniciativas que precisam ser tomadas, no sentido de modificar esse panorama para dar visibilidade a negros(as) na memória da ciência da UFPB. Tal processo poderá ser realizado por meio de mesas redondas, seminários, debates, e outros, a fim de favorecer positivamente à produção de conhecimento e avançar nas reflexões sobre os diferentes segmentos sociais nesses programas.

O estudo de Silva (2014) abordou a “sociologia da informação étnico-racial” com base na discussão dos conceitos de apropriação, disseminação, democratização e preservação em torno da organização de mulheres negras da Paraíba, na tentativa de abrir esse escopo teórico-prático, para possibilitar novos espaços interdisciplinares dentro da Ciência da Informação.

Assim, vários são os estudos que apontam para a invisibilidade da informação étnico-racial e, como outros pesquisadores (AQUINO, 2010; SANTANA, 2012; SILVA, 2014), é pertinente acreditar que a disseminação desse tipo de informação é responsabilidade ético-social da Ciência da Informação. É através de sua organização que os pesquisadores podem minimizar os efeitos dessa invisibilidade e, com isso, contribuirão para a visibilidade do público social e racialmente discriminado.

Ademais, é imprescindível enfatizar que a preservação da informação não deva ser feita, tendo-se em vista ela mesma, mas de acordo com a relação significativa que tem posto que a função da informação preservada seja prolongar a existência de um fragmento da realidade que tem relevância como referência a uma ação passada (SILVA, 2014).

Nesta senda, Silva (2014) afirma que apenas “disseminar” a informação étnico-racial não é suficiente para se alcançar os objetivos da responsabilidade ético-social da Ciência da Informação, mas é também necessário que essa área democratize e preserve essa informação. A autora em questão acrescenta que, para a informação étnico-racial, a preservação engloba, de maneira mais ampla, todas as ações que beneficiam a manutenção do bem histórico e cultural.

Dessa forma, julga-se necessário que a informação étnico-racial, na perspectiva da etnia de raízes africanas e, como herança cultural, seja adequadamente tratada e socializada por se constituir um pilar para a compreensão do contexto social no qual se está inserido, bem como para sua legitimação como parte integrante da sociedade.

A linha de pesquisa *Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação* cria, assim, um ambiente ideal para disseminação, democratização e preservação dos conteúdos materiais, históricos e culturais da ancestralidade africana.

Capítulo 5

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E OS INSTRUMENTOS DE DISSEMINAÇÃO DOS CONTEÚDOS MATERIAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DA ANCESTRALIDADE AFRICANA

Capítulo 5

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E OS INSTRUMENTOS DE DISSEMINAÇÃO DOS CONTEÚDOS MATERIAIS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DA ANCESTRALIDADE AFRICANA

Um aspecto a ser destacado nos dias atuais é o da evolução da representação da informação, que nos conduziu a sofisticadas estruturas e aparatos tecnológicos graças ao surgimento das chamadas tecnologias de informação e comunicação. Estas, ainda, parecem expandir-se em direção a novas formas de compreensão e meios de preservação. Esta é uma época que muito se fala sobre especialização e fragmentação do saber, o que permite ao pesquisador explorar e experimentar de forma mais detalhada seu objeto de estudo.

A configuração dos sistemas de conceitos para aprimorar a representação do conhecimento e, como consequência, otimizar a recuperação de informações, esperando agilizar o processo de transmissão do conhecimento, se reflete em Kobashi e Francelin (2011, p. 18), quando afirmam que todo tipo de conhecimento é uma:

[...] tentativa de entender objetos e fenômenos naturais e humanos e a explicação deste processo de entender objetos

e fenômenos é, por extensão, a tentativa de explicar o processo de criação, formação e desenvolvimento de conceitos.

Azevedo Netto (2008b, p. 55) aborda essa questão esclarecendo que o principal instrumento de representação adotado no processo de comunicação científica, nos mais diferentes campos, são os conceitos formulados para dar conta dos estudos fenomenológicos.

O sistema nocional, em todo e qualquer campo de conhecimento, de acordo com Cintra *et al.* (2002, p. 49), corresponde a “[...] um conjunto de noções que lhe é próprio”. Os autores advogam que as áreas especializadas da experiência humana devem ter seu universo nocional devidamente identificado a partir de um determinado ponto de vista, para que seja possível organizá-lo de forma sistemática, ou seja, inter-relacionada, pois só assim a organização nocional de uma área permite a utilização de instrumentos eficazes para o tratamento e recuperação da informação.

Ao explicar esse ponto de vista, Cintra *et al.* (2002) enfatizam que a ausência de um sistema de noções devidamente sistematizado, inviabiliza o empreendimento de dar forma a um conjunto de palavras, na medida em que esbarra, necessariamente, em dificuldades provocadas pela falta de compreensão ou da compreensão incorreta das possibilidades de relacionamento entre termos.

Kobashi e Francelin (2011) apontam os conceitos como objetos de estudo de áreas como a filosofia, a lógica, a linguística, as ciências cognitivas, a ciência da informação, a terminologia, a socioterminologia, entre outras. Presumem, a partir daí, que há variações nas abordagens sobre o conceito, segundo o campo em que o objeto é discutido e que, embora dentro de uma mesma área, como a da filosofia, as concepções

e abordagens sobre o conceito variam de acordo com a corrente teórico-epistemológica considerada.

É ponto pacífico que também o conceito de representação esteja ligado a vários domínios do conhecimento, por exemplo, aos domínios da Linguística, da Sociologia, da Antropologia, da História, da Semiótica, da Inteligência Artificial, da Psicologia e da Ciência da Informação (PINTO, 2011).

No contexto da Ciência da Informação, a representação da informação e do conhecimento, de acordo com Guedes e Dias (2010, p. 41), “[...] é um meio de expressão, uma metalinguagem através da qual se podem dizer coisas sobre o mundo”.

Nessa direção, Pinto (2011, p. 119) explicita que:

[...] é lícito conceituar a representação do conhecimento no contexto da Ciência da Informação como se constituindo na atividade de reprodução da percepção do(s) tema(s) abordado(s) em um documento, independentemente do suporte e da forma em que o conhecimento tenha sido registrado. Portanto, são representações orientadas para a compreensão do conteúdo/mensagens do documento e expressas em forma de conceitos sintagmáticos.

É notório que cada tipo de representação dentro do sistema em que está inserido teve e tem sua importância histórica e atual. O enfoque de Café e Sales (2010) fortalece a premissa de que a habilidade que hoje existe nos processos de organização da informação é fruto de uma longa história tecida por profissionais e pesquisadores nacionais e internacionais preocupados em tornar a informação acessível por meio de sua descrição, isso porque a informação só tem sentido se for transmitida e socializada.

Na mesma esteira, Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010, p. 62) afirmam que “[...] para ser representada a informação precisa ser

organizada e descrita”. Os autores acreditam que esse aspecto engloba a análise da informação com vários tipos de ações preliminares, de descrição, de representação e outras ações complementares, considerando os diversos suportes ou documentos onde são registrados. Essas relações nos levam a admitir a existência do conhecimento como condição necessária tanto para informar como para representar.

Abordando a questão do registro da informação e da representação do conhecimento, Mari (1996) faz uma relação entre os termos conhecer, informar e representar. Para esse estudioso, os três termos guardam entre si uma proximidade conceitual e operacional muito grande, e só se representa um fato qualquer se dele se tem algum conhecimento; igualmente só se pode informar um fato se dele se se detém algum conhecimento.

Guedes e Dias (2010) classificam a representação da informação em dois níveis: representação primária e representação secundária. A primeira, feita pelos autores, é o produto de seus pensamentos e tem como base a observação de fenômenos naturais e sociais. A representação secundária ocorre quando os objetos (documentos) produzidos pelo homem se tornam parte de um conjunto documental como o acervo de uma biblioteca, por exemplo, sendo mais uma vez representados para que possam ser manipulados facilmente.

Para Albuquerque (2011, p. 41), as principais características da representação da informação “[...] residem na substituição do texto do documento por sua descrição abreviada, utilizada como um artifício para recuperar o que é essencial no documento, isto é, o tema”. Além disso:

A representação da informação envolve dois processos: a análise do assunto do documento, cujo resultado deve ser colocado numa expressão linguística, semanticamente relacionada e a atribuição de conceitos na utilização de um instrumento de padronização, aqui denominada de lingua-

gem documentária, que garanta aos indexadores o uso dos mesmos conceitos para representar documentos semelhantes, possibilitando assim a comunicação entre usuários e os sistemas de informação (ALBUQUERQUE, 2011, p. 41).

Já Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010, p. 64-65) são enfáticos ao apontar que a utilidade da análise da informação é se prestar:

[...] à descrição, representação e organização de conteúdos - não necessariamente à sua interpretação -independentemente do suporte em que se encontrem, para que se tornem disponíveis ao usuário a partir de uma linguagem documentária previamente construída, e que funciona como mediação entre a linguagem natural daquele que busca informação e as fontes ou registros em que a informação buscada está efetivamente contida.

Se se navegar nessa linha de compreensão, pontua-se que o tratamento da informação no plano da indexação não deve mais ser visto como apenas uma construção de índices, mas como uma forma de representação do conhecimento e, portanto, trata-se de uma construção de significados (PINTO, 2011, p. 135).

Considerando que a maneira como as coisas são vistas e representadas difere de cultura para cultura, como também de indivíduo para indivíduo, Kobashi e Francelin (2011, p. 210) reforçam a compreensão de que a construção do conceito depende basicamente de um referente, da emissão de juízos sobre o referente, de uma forma verbal (um termo ou um nome) e de uma maneira de usar essa forma verbal dentro de um universo discursivo.

Sendo assim, a terminologia pode ser encarada como uma aliada importante no processo de representação e organização do conhecimento. Tálamo e Lenzi (2006) são defensoras da terminologia como uma das

principais ferramentas para o desenvolvimento das gestões da informação e do conhecimento. As autoras justificam essa premissa, ao afirmar que esta propicia o reconhecimento do sistema conceitual onde os termos estão articulados, condição *sine qua non* para a interpretação e produção do conhecimento.

De modo geral, as várias formas de representar o conhecimento são similares e o seu ponto chave é que estabelecem conceitos tanto gerais quanto específicos. No entanto, cada área está focada em um público alvo diferente, mas Kobashi e Francelin (2011, p. 13) alertam que:

Quando um conceito é retirado de seu ambiente de uso social ou contextual e colocado no ambiente do sistema, ele passa de uma categoria discursiva, dinâmica e plurissignificativa, para outra, fixa ou monossignificativa. Há, nesse movimento, perda de conteúdo semântico na transferência do contexto de uso do conceito para o contexto de controle do conceito para a recuperação da informação.

É sob esse ângulo que a orientação dos autores é a de que os cânones dão segurança e estabilidade ao conhecimento e aos conceitos, mas a construção de novos conhecimentos e conceitos possivelmente dependerá de uma espécie de “transgressão” dos limites estabelecidos (KOBASHI; FRANCELIN, 2011, p. 19).

Nesse patamar, ao se enveredar no campo de conteúdos tão voláteis quanto à informação, que se caracteriza pelo seu aspecto dinâmico, percebe-se que há um desafio constante em todas as áreas do conhecimento, especialmente na área de representação e organização do conhecimento.

Portanto, é pertinente erigir um contributo singular para a edificação de aparatos, tecnologias e suportes informacionais que se prestem a dinamizá-la ainda mais, quando se inicia com um diálogo necessário entre os variados campos do saber e abarca a necessidade de se

estar atento e sensível a novas ideias e mutações em todos os domínios da sociedade atual.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são apontados na literatura como importantes cúmplices da organização, padronização e recuperação da informação através de suas bases conceituais. Bräscher e Carlan (2010, p. 149) afirmam que os SOCs cumprem importante papel de padronização da terminologia adotada para organização e recuperação de informações, ao delimitar o uso de termos e definir conceitos e relações de alguma área do conhecimento, de modo compartilhado e consensual. O termo Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), de acordo com Carlan (2010, p. 28):

[...] é uma tradução para o português do original inglês “Knowledge Organization System” (KOS). O termo foi proposto pelo Networked Knowledge Organization Systems Working Group na primeira Conferência da ACM Digital Libraries em 1998, Pittsburgh, Pennsylvania. Assim como a sigla KOS, utilizada com frequência na literatura, adotou-se o correspondente SOC em português.

Carlan e Medeiros (2011, p. 56) conceituam os SOCs como “[...] sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos”. As autoras acreditam que os SOCs cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários na tarefa de organização e recuperação da informação.

Esses sistemas são fruto do processo de organização do conhecimento e, como tal, são objetos de interesse particular para a Ciência da Informação. Bräscher e Carlan (2010) entendem que, para a Ciência da Informação, os SOCs são representações de domínios do conhecimento que delimitam o significado de termos no contexto desses domínios,

estabelecem relações conceituais que auxiliam a posicionar um conceito no sistema conceitual e são utilizadas como instrumentos de organização e recuperação da informação.

Dessa forma, os SOCs englobam todos os tipos de instrumentos usados para organizar a informação e promover o gerenciamento do conhecimento.

Hodge (2000) apud Bräscher e Carlan (2010, p. 151) inclui:

[...] os esquemas de classificação que organizam materiais em nível geral (como livros em estantes), cabeçalhos de assunto que provêm acesso mais detalhado e listas de autoridade que controlam versões variantes de chaves de acesso à informação (nomes geográficos e nomes de pessoas). Incluem, ainda, esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias. Agrupa os SOCs em três categorias: listas de termos e aqui estão incluídos os glossários; classificações e categorias; e, listas de relacionamentos.

A literatura também aponta a importância da terminologia para os SOCs usados pela Ciência da Informação. O principal fundamento está em buscar compreender o significado dos termos, no contexto de um domínio específico. Sob esse prisma, Francelin e Kobashi (2011) admitem que a área de organização da informação e do conhecimento tem mantido diálogos frutíferos com a terminologia e, embasados em Barros (2004), alegam que esta se ocupa tanto dos modos de expressão dos conceitos quanto do conteúdo semântico do conceito.

Para Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010, p. 71), a terminologia é o campo do conhecimento que estuda “[...] as linguagens de uma determinada área [...]”, inferindo daí que essas linguagens trabalham com o termo, com o conceito e com as relações entre conceitos. Além disso, são compostas por um conjunto de termos que representam um sistema

de conceitos de uma área específica, chamada de linguagens especializadas. Os autores entendem que o contexto da análise da informação estuda o controle terminológico observando a homonímia (quando uma palavra remete para vários significados, sem que haja relação semântica entre os termos); polissemia (palavras com a escrita igual e significados semelhantes, porém, com uma relação semântica entre os termos); e sinonímia (várias palavras com o mesmo significado).

Lara (2001) argumenta que a terminologia trabalha a partir do termo como unidade básica de conhecimento e que esta tem na sua formação uma combinação de características para designação verbal de um conceito e no contexto de um domínio específico. A autora entende que cada conceito é determinado pela posição que ocupa no conjunto estruturado de conceitos, chamado sistema conceitual e, dessa maneira, a formação de um conceito é um processo de abstração que se inicia pela seleção das características de um ou mais objetos e, nesse fato reside a conclusão de que não tem vida independente. É, portanto, resultado de uma proposição feita dentro de um domínio do saber.

De modo congênere, Tálamo e Lenzi (2006) abordam a terminologia como um conjunto estruturado de termos que se traduz como base da organização do conhecimento de uma área de especialidade. Entendem que, estruturada, uma terminologia não só agiliza a comunicação entre pares, mas também, e principalmente, funciona como instrumento conceitual para a compreensão da forma de organização da área, impondo-se como elemento diferenciador na formação profissional e na formação de pesquisadores. Para as estudiosas, isso demonstra que uma vez estabelecido o significado de um termo de maneira única, torna-se mais precisa sua representação e recuperação.

Mediante as teorias expostas, e levando em conta que “[...] as condições de visibilidade da Ciência dependem de seu vocabulário”

(LARA, 2011, p. 92), o glossário se apresenta como um produto artificialmente construído. Seu conjunto de termos tem a pretensão de converter a linguagem técnica e científica em linguagem sistêmica para contextos específicos, que atende, simultaneamente, aos objetivos e às necessidades de seus usuários.

Vários autores definem o glossário de forma congênere. Para Tálamo (1987, p. 88), o glossário:

[...] é um instrumento de controle terminológico, cuja função específica é a de traduzir as linguagens técnica e científica numa linguagem sistêmica. É, portanto, um meio de conversão da linguagem-objeto (da Economia, das Artes, da Física etc...) para uma linguagem de dados e de informações. Sob esse ângulo, é uma meta-linguagem técnica usada de maneira unívoca tanto pelos produtores quanto pelos disseminadores da informação.

Sousa (2008, p. 68) considera que glossário é um conjunto de termos específicos de uma área científica ou técnica dispostos em uma ordem sistemática e acompanhados de suas definições ou conceitos, ou explicações, e pode, ou não, apresentar remissivas.

Na mesma linha de raciocínio é a concepção de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 180) quando definem o assunto como obra com o objetivo de explicar o significado de vocábulos pouco comuns, bem como termos técnicos e científicos e que aparece, às vezes, como apêndice de livros técnicos e científicos ou mesmo de obras literárias.

A construção desse tipo de instrumento é de grande relevância para a comunidade acadêmica, tendo em vista que funciona como um catálogo de palavras definidas, explicadas ou comentadas de um mesmo campo de estudo ou ação. Pode ser uma lista de palavras em desuso, palavras técnicas ou palavras de outra língua, geralmente em ordem alfabética.

Assim, sempre que o leitor se deparar com algum termo desconhecido no decorrer da leitura, o glossário é o local ideal para verificar seu significado. Geralmente inserido no fim do texto, este recurso é utilizado para não interromper as ideias centrais do que está sendo lido. Soma-se a isso a ideia de que:

Os estudiosos de qualquer área do conhecimento precisam conhecer a terminologia de sua área para usá-la com propriedade em suas atividades. Por outro lado, ao estabelecerem diálogo com outras áreas, deparam-se com um número de termos que lhes são desconhecidos ou cujo sentido não lhes parece claro. Para resolver essa questão, um dos instrumentos utilizados é o glossário (ALBUQUERQUE *et al.*, 2011, p. 207).

Torna-se evidente, então, que o glossário se configura nesse cenário como importante parceiro dos sistemas de organização do conhecimento, por ser capaz de atender ao propósito de diminuir a interferência na clareza textual acaso gerada nos mais variados campos do saber. Seu conjunto de termos representa o aporte necessário para dar o significado de palavras técnicas ou em outro idioma. Além disso, atua como uma espécie de código de tradução e sua função de especificar/detalhar a terminologia de uma área do conhecimento normaliza as representações documentárias e reduz sua diversidade e ambiguidade.

Capítulo 6

A SEMÂNTICA DISCURSIVA COMO ALIADA DA PREPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Capítulo 6

A SEMÂNTICA DISCURSIVA COMO ALIADA DA PRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Para trilhar o percurso de construção desta obra foi necessário lembrar que “Os métodos de pesquisa constituem uma parte importante das Ciências Sociais e se constituem em um instrumento por meio do qual é promovido o seu desenvolvimento intelectual” (MAY, 2004, p. 15).

Em sentido genérico, método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Esses procedimentos se aproximam dos seguidos pelo método científico que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las com base nas relações encontradas, fundamentando-se, se possível, nas teorias existentes (RICHARDSON et al., 2009, p. 70).

Diante do exposto, opta-se por uma abordagem qualitativa por acreditar ser a mais adequada para a construção do glossário a que se propõe.

De acordo com Minayo e Sanches (1993, p. 239), um bom método será sempre o que permite a construção correta dos dados, de forma que ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria e que, portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível.

Frise-se que Alves e Aquino (2012, p. 81) abordam a pesquisa qualitativa no campo da pesquisa social como uma práxis que visa à compreensão, à interpretação e à explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos, que é resultado de múltiplas interações, dialeticamente consensuais e conflitivas, dos indivíduos.

A edificação do produto em foco tomou como base a pesquisa documental já que os documentos constituem uma fonte não reativa. As informações que eles contêm permanecem imutáveis após longos períodos de tempo. Podem ser consideradas fontes naturais de informações na medida em que retratam e fornecem dados sobre o contexto histórico, econômico e social onde estão inseridas. Somado a isso, a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas (GODOY, 1995, p. 21-22).

É importante acrescentar que:

Quando analisamos um documento representamos o seu conteúdo através de uma descrição para cada conceito, assunto ou ideia, permitindo que seja recuperado eficazmente. De modo muito pragmático, a 'boa indexação' é definida como aquela que permite que se recuperem itens de uma base de dados durante buscas para as quais eles sejam respostas úteis, e que impede que sejam recuperados quando não sejam respostas úteis (BRENNAND; BEZERRA, 2011, p. 19).

A análise dos documentos seguiu a perspectiva da semântica discursiva e, como aliados principais, os procedimentos semânticos da figurativização e da tematização tiveram o objetivo de conectar expressão

ou significante das palavras ou expressões com o conteúdo ou significado para a indexação dos vocábulos e expressões linguísticas coletadas.

A semiótica enfocada é a de Algirdas Julien Greimas (Tula/Rússia, 1917 – Paris, 1992) e teve origem na França. Para Mendes (2011), embasa-se no estruturalismo proposto por Hjelmslev e por Saussure e pressupõe a inter-relação entre significante e significado e a inexistência de um sem o outro.

De acordo com Barros (2005, p. 11), “[...] tem por objeto o texto, ou melhor, procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz”.

Estudiosos costumam afirmar que não existe apenas uma semiótica e sim semióticas. O termo, de acordo com Santaella (2002), tem raiz grega *semeion*, que quer dizer signo e se constitui como a ciência dos signos ou ciência geral de todas as linguagens.

No mesmo sentido, Matte e Lara (2009, p. 240) afirmam que:

Tomando, assim, o texto como objeto de significação, a semiótica se preocupa em estudar os mecanismos que o engendram, que o constituem como um todo significativo. Em outras palavras: procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz, examinando, em primeiro lugar, o seu plano de conteúdo concebido sob a forma de um percurso global que simula a geração do sentido.

Pode-se dizer, então, que a semiótica é a arte dos sinais ou ciência geral dos signos. Os signos da linguagem e o seu papel é entender as situações, os fenômenos, as informações e os artefatos em cada momento, em cada contexto, para cada pessoa, para cada objeto, levando em consideração que o contexto exerce forte influência sobre a interpretação

e a análise dos fenômenos. O que ilustra essa premissa é a afirmação de Hjelmlev (2003, p. 198):

[...] para que haja um texto é necessário que aconteça uma união de conteúdo, o que se diz, com uma expressão, como se diz a função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo.

A semiótica greimasiana de que se fala, por sua vez, é composta pelo plano de expressão e pelo plano de conteúdo e, na visão de May (2004, p. 225), “[...] desde um ponto de vista metodológico, se preocupa em examinar a relação entre um significante e um significado, ou seja, a ideia ou conceito ao qual o significante se refere”.

Para Greimas (1973, p. 17), os significantes são “[...] os elementos ou grupos de elementos que possibilitam a aparição da significação ao nível da percepção”, e os significados são o conjunto das “[...] significações que são recobertas pelo significante e manifestadas graças à sua existência”.

Em Greimas (1973), o signo não é definido como tal, ou seja, ele não apresenta nenhuma terminologia que possa representar o conjunto das significações, como fizeram Saussure, Hjelmlev, Peirce, Borba, Bakhtin, entre outros. Mesmo não apresentando um rótulo para designar um ponto no qual residem o significante e o significado, Greimas coloca as duas terminologias dentro de um conjunto abstrato, quando pressupõe a inexistência de um sem o outro. Para ele, o significante e o significado criados por Saussure e aperfeiçoados pelos semioticistas ulteriores a ele, se inter-relacionam, se completam e se referem apenas nas significações.

Na semiótica de origem francesa, o modelo gerativo de análise do discurso, como em qualquer sistema semiótico, apresenta como objetivo explicar a produção e a geração de sentidos dos discursos. Essa afirmação é refletida a partir da visão de Albuquerque (2011, p. 29):

[...] a semiótica, procura dar sentido ao discurso, através do percurso gerativo da significação, modelo teórico-metodológico, cujo escopo é estudar a produção e a interpretação de textos.

Tal percurso apresenta três níveis – fundamental, narrativo e discursivo. Como bem acrescenta a autora, “[...] o percurso gerativo da significação, em que emergem as estruturas fundamental, narrativa e discursiva, contêm, cada uma delas, uma sintaxe e uma semântica” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 31).

A autora segue a ótica de Fiorin (2005; 1999) para quem o percurso gerativo de sentido se traduz em uma sucessão de patamares, cada um suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido. Os três patamares se caracterizam em estruturas fundamentais, estruturas narrativas e estruturas discursivas.

Para explicar o percurso gerativo de sentido, são pertinentes as colocações de Barros (2005). Na opinião da autora, o nível das estruturas fundamentais ou nível fundamental é a primeira etapa do processo, onde a sintaxe de caracteriza pelas oposições semânticas se configuram como primeira condição para a narratividade. A semântica desse nível procura revestir as oposições semânticas de valores negativos (eufóricos) ou positivos (disfóricos). Nesse momento se desenvolve um determinado sentido, já que seu princípio fundamental é a transformação.

Quanto à organização da narrativa, sob a ótica de um sujeito, acontece na segunda etapa, denominada de nível narrativo ou também

de estruturas narrativas. Nesse nível, a sintaxe destaca os actantes em seu programa e percursos em busca de um Objeto de Valor. A semântica desse nível caracteriza-se pelas modalizações de *querer, saber, poder e fazer*.

O terceiro nível é o discursivo ou das estruturas discursivas. É nesse estágio que o sujeito da enunciação assume a narrativa. Nesse nível, exploram-se, na sintaxe, as relações intersubjetivas de enunciação, de enunciação, de tempo e de espaço. Na semântica, exploram-se as figuras e temas.

Pode-se dizer, então, que a estrutura organizacional do percurso gerativo de sentido se manifesta a partir do mais simples e abstrato para o mais complexo e concreto. Inicia-se no plano de expressão, através da manifestação do conteúdo, passando para o plano de conteúdo, que é o significado do texto. Isso acontece em uma trajetória gradativa em termos de profundidade e de complexidade para atingir o objetivo de entender determinada produção discursiva.

Barros (2005, p. 75) arremata as explicações sobre o percurso gerativo de sentido da seguinte forma:

[...] no nível das estruturas fundamentais, procura-se construir o mínimo de sentido que gera o texto, a direção em que caminha e as pulsões e timias que o marcam. Assim construídas, as estruturas fundamentais convertem-se em estruturas narrativas, a narrativa torna-se discurso, o plano de conteúdo casa-se com o da expressão e faz o texto, o texto dialoga com outros muitos textos, e essa conversa o situa na sociedade e na história.

Do Percurso Gerativo da Significação, importa para esta investigação a semântica discursiva que, sob a ótica de Bertrand (2003, p. 11), implica em como o sentido é empregado no texto e não no sentido em si. Então, se interessa pelo ‘parecer do sentido’, que se apreende

por meio das formas da linguagem, mais concretamente, dos discursos que o manifestam, tornando-o comunicável e partilhável, ainda que parcialmente.

Diante disso, abordar um texto ou documento utilizando a semântica discursiva para explicar os seus princípios de significação implica entender como os significados dos objetos, dos comportamentos ou da fala são produzidos, transformados ou reproduzidos. Trata-se de como o interpretante conecta o plano de expressão ou significante, seja uma palavra, uma gravura ou um som com o plano de conteúdo ou significado, o que especificamente na semiótica greimasiana se refere aos procedimentos de tematização e figurativização.

6.1 OS PROCEDIMENTOS SEMÂNTICOS DE TEMATIZAÇÃO E FIGURATIVIZAÇÃO E A DISCURSIVIZAÇÃO

Uma das ocupações da semântica discursiva é investigar como ocorre o processo de tematização e figurativização. Para Figueiredo (1999, p. 49) “[...] os processos de tematização e figurativização são percursos que podem formalizar um texto estruturando parte da sua teia onde se embrenha o sentido”.

Barros (2005, p. 66) informa que “[...] os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são, no nível do discurso, disseminados sob a forma de percursos temáticos e recebem investimentos figurativos”. A autora considera que a disseminação dos temas e a figurativização são tarefas do sujeito da enunciação, porque assim procedendo, assegura a coerência semântica do discurso e cria, com a concretização figurativa do conteúdo, efeitos de sentido, sobretudo de realidade.

Na mesma direção, Fiorin e Savioli (2007, p. 72) apontam que há dois níveis de concretização dos esquemas narrativos: o temático e o figurativo. Para o autor, o nível figurativo representa o mundo no texto e o nível temático procura explicar os fatos e as coisas no mundo, classificando, ordenando e interpretando a realidade.

Como observa Bertrand (2003, p. 48), “[...] cada um dos níveis desse percurso é uma janela aberta para um conjunto de problemáticas que foram objeto de inúmeras investigações entre os semioticistas”.

Dessa forma, a concretização do sentido no nível discursivo se realiza por meio da tematização e da figurativização, e a utilização desses recursos é tarefa do sujeito da enunciação, que mantém a coerência discursiva por meio de “rastros” deixados no interior do texto.

Nesse contexto, Barros (2005, p. 81) aduz que:

[...] a enunciação é a instância de mediação entre as estruturas narrativas e discursivas que, pressuposta no discurso, pode ser reconstruída a partir das pistas que nele espalha; é também mediadora entre o discurso e o contexto sócio-histórico e, nesse caso, deixa-se apreender graças às relações intertextuais.

Fiorin e Savioli (2007, p. 79) acreditam que é necessário ter em mente que uma figura não tem significado em si mesma, posto que seu sentido nasce do encadeamento com outras figuras. Inferem que o tema é que dá sentido às figuras, o que significa que encontrar o sentido de um conjunto de figuras encadeadas é achar o tema que está subjacente a elas. Para os autores, todas as figuras se articulam de maneira coerente no texto e, dessa associação emerge o tema, de forma que as figuras do texto formam uma rede, uma trama e, para compreender o tema de um texto figurativo é preciso perceber primeiro as redes coerentes formadas pelas

figuras. Além disso, o que garante a apreensão dos temas subjacentes às figuras é a coerência da rede de figuras do texto, fruto da relação solidária que elas mantêm entre si.

Pode-se inferir, portanto, que as figuras são a representação de tudo que existe no mundo natural. Já, os temas são as ideias subjacentes às figuras, ou seja, são palavras que se prestam a recobrir as estruturas mais abstratas do texto e responsáveis pela coerência textual.

6.1.1 TEMATIZAÇÃO

O processo de tematização também chamado de percurso temático se faz “[...] pela recorrência de traços semânticos ou semas, concebidos abstratamente” (BARROS, 2005, p. 66). Para examinar esses percursos, a autora recomenda que sejam empregados princípios da análise semântica para determinar os traços ou semas que se repetem no discurso de forma a torná-los coerentes. Dessa forma, enfatiza: “Tematizar um discurso é formular os valores de modo abstrato e organizá-los em percursos” (BARROS, 2005, p. 66).

A concepção de Fiorin (2005, p. 91) para tema é: “[...] investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural”. Para ele, os temas são categorias que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural, por exemplo, elegância, vergonha, raciocínio, calculismo, orgulhoso etc.

Para Figueiredo (1999, p. 49), “Os temas são apreendidos pelo que subjaz às figuras e estas estão subordinadas ou estão sob controle de um contexto que torna possível as possibilidades significativas”. Afirma ainda que “[...] os temas que estão na subjacência de um texto, são apreendidos

segundo um cotejo minucioso das figuras que unem e se ordenam no interior do texto”.

Nesse diapasão, os temas servem para interpretar e explicar o que existe no mundo real. Os discursos temáticos enfatizam os efeitos da enunciação de forma que busque, classifique, ordene e interprete a realidade através de seu protagonista, o sujeito narrativo.

6.1.2 FIGURATIVIZAÇÃO

A definição de figura, para Fiorin (2005, p. 91), é “[...] o termo que remete a algo do mundo natural: árvore, vagalume, sol, correr, brincar, vermelho, quente, etc.”. O autor entende que a figura é todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural, como os substantivos concretos, verbos que indicam atividades físicas, adjetivos que expressam qualidades físicas. Nesse caso, as figuras são concebidas por Fiorin (2005) como elementos concretos e, essa afirmação se revela quando afirma que estas são elementos ou expressões que correspondem a algo existente no mundo natural.

Na compreensão de Figueiredo (1999), as figuras são extraídas do mundo natural, representadas pelas coisas e acontecimentos ali contidos. A autora acredita que é preciso descobrir o tema subjacente às figuras para que elas tenham sentido. Isso porque são sempre a concretização de um tema e, para analisar um texto do ponto de vista da tematização ou da figurativização, não é interessante isolar a figura ou o tema. Ao contrário, apesar de opostos, os dois elementos são complementares. Além disso, Barros (2005, p. 69) esclarece que:

Pelo procedimento de figurativização, figuras do conteúdo recobrem os percursos temáticos abstratos e atribuem-lhes traços de revestimento sensorial. Uma narrativa de busca do poder-ser e fazer pode tornar-se um discurso temático sobre a liberdade com algum recurso figurativo esporádico, como nos discursos políticos ou nos textos filosóficos, ou apresentar-se como um discurso figurativo, recoberto, em sua totalidade, por figuras.

Considerando que o figurativo se refere ao mundo exterior, perceptível pelos sentidos, a figurativização se caracteriza como uma “janela” de observação, entreaberta e, devido a isso, abre um leque de possibilidades a partir do olhar do sujeito da enunciação.

6.1.3 DISCURSIVIZAÇÃO

A interpretação de um texto é a produção do sentido, intermediado pelo discurso e seus mecanismos de funcionamento. Por discurso, Barros (2005, p. 81) esclarece: “[...] é o plano do conteúdo do texto, que resulta da conversão, pelo sujeito da enunciação, das estruturas sêmio-narrativas em estruturas discursivas”. Nessa perspectiva, a autora complementa que o discurso é “[...] a narrativa ‘enriquecida’ pelas opções do sujeito da enunciação que assinalam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que anuncia”.

O processo de discursivização é o enquadramento das palavras dentro do discurso, e isso pode dar lugar a variações semânticas de acordo com os contextos que, por sua vez, podem conduzir a variadas conotações. Essa proposta encontra abrigo em Greimas e Courtés (2008, p. 167), quando consideram que “[...] todo enunciado pressupõe uma enunciação responsável pelo conjunto dos procedimentos capazes de instituir o

discurso como um espaço e um tempo, povoado de sujeitos outros que não o enunciador”.

Lima (2013, p. 54) fortalece a premissa de que a discursivização integra o domínio de atuação da intencionalidade discursiva e nessa atividade produtiva estão contidos “[...] tanto o sujeito responsável pela atualização das virtualidades da língua, transformando-a em discurso, quanto o enunciatário, levado em conta neste momento por ser ele quem, de fato, torna realizada a significação”.

No nível discursivo ou das estruturas discursivas, o sujeito da enunciação assume a narrativa. Nesse momento, a narrativa passa a ser discursivizada, o que significa que ela é fortalecida tanto pelas projeções de pessoa quanto por outros fatores como o tempo e o espaço e também pelo emprego dos temas e das figuras. Essa clareza de ideias é um eco das palavras de Lima (2013, p. 55): “[...] a discursivização encarrega-se dos componentes de projeção do enunciado (pessoa, tempo, espaço) e das configurações discursivas (figuras e temas)”.

Lima (2013, p. 60) evidencia que “[...] o acesso aos valores por parte do leitor fica mediatizado pelo modo próprio de composição da figurativização e tematização, que, dirigindo a percepção, e, a partir dela, a assimilação do conteúdo, resulta em graus de afetividade, de interação”.

Por conseguinte, o sujeito que enuncia é regente do discurso a partir de sua ótica, o que estabelece uma relação entre enunciador e enunciatário através dos “vestígios” deixados no texto e, como resultado, favorece a recuperação do elo entre o texto e o contexto sócio histórico que motivaram sua produção.

Capítulo 7

CONFIGURAÇÕES DISCURSIVAS

Capítulo 7

CONFIGURAÇÕES DISCURSIVAS

É fato notório a ideia de o ser humano estar imerso em uma sociedade pluriétnica e multicultural e o aspecto aqui explorado para a construção do glossário mergulhou em um universo que remonta à chegada dos africanos de etnias, línguas, práticas e costumes diferentes, e, que aqui chegaram na condição de escravos. Percorreu um longo caminho, enveredando por sofrimento e dor a eles impostos, passando também pela alegria, sensualidade e musicalidade refletidas em suas manifestações artísticas, não obstante estarem submetidos a um regime de repressão e punição, bem como pelo aspecto da religiosidade presente em suas crenças e práticas, a ponto de introduzir o sincretismo para ter a chance de seguir os seus rituais de fé.

Outro aspecto diz respeito aos sabores introduzidos pela arte de produzir seus alimentos e suas várias formas de fazer e, por fim, a irrisignação do afrodescendente com a sua situação vexatória, o que nos direcionou às suas mudanças de hábito e adaptações às suas condições de sobrevivência dentro do território brasileiro e que influenciaram sobremaneira a cultura do povo brasileiro, como um todo. Como resultado dessa miscigenação, teve-se a predileção de abordar esses aspectos, em nosso entender, os mais sobressalentes, fato que se sabe não ter esgotado. Contudo, acredita-se ter dado início nessa direção.

No desenvolvimento da obra, constatou-se que pesquisas realizadas na área de representação da informação étnico-racial são de grande relevância tanto para a área acadêmica como para outras áreas da sociedade civil e o processo de discursivização empregado para obtenção de resultados positivos, desde o momento da indexação, que abrange os procedimentos de figurativização e tematização, evidenciou eficácia na tarefa a que se propunha.

Dessa forma, destaca-se a Semântica Discursiva como um método capaz de realizar a tarefa de analisar e representar a informação étnico-racial de matriz africana com a intenção de contribuir de forma prática para disseminar e agregar valor positivo a essa espécie de informação.

Ademais, acredita-se que o método proposto pela semântica discursiva se configura como um importante aliado para a Representação da informação e contribui para fortalecer um referencial teórico que se torne consistente e que colabore para a área, isso se for utilizado como instrumento para nortear os pesquisadores na tarefa de compreender seus objetos de estudo de maneira mais efetiva e, por propor uma estrutura de representação que possibilita a recuperação de informação de maneira eficaz, ampliando as discussões e questionamentos acerca do assunto.

Observou-se também que o glossário construído pode facilitar o diálogo com outras áreas do conhecimento e atender às necessidades de pesquisadores que trabalham com a área e precisam conhecer sua terminologia.

Da mesma forma, julga-se importante, também, que esta obra possa servir de incentivo ao direcionamento de novos estudos que busquem soluções na intenção de diminuir os efeitos da invisibilidade da informação étnico-racial de matriz africana, tendo em vista que, assim como o negro que, a despeito de todo avanço, ainda está longe de ser livre de desigualdades, a informação étnico-racial também necessita transitar de

forma livre principalmente no contexto acadêmico, baseada no princípio da heterogeneidade.

A parte prática de elaboração do glossário, produto final desta obra, está embasada nos aspectos teóricos aqui já elencados, e o ponto de partida foi definir o *Corpus* da pesquisa, que teve como aliado o ambiente da *web*, na busca das fontes informacionais.

Essa busca utilizou as palavras-chave *história da África e do negro*, com e sem operadores *booleanos*, optando-se por adotar como critério de seleção até a 10ª página do buscador *Google*, em 14 de julho de 2018, para identificar as obras a serem analisadas em suporte físico.

Da mesma forma, no período de 20 a 25 de julho de 2018 foram consultados *sites* de bibliotecas universitárias e de pós-graduações, bibliotecas digitais de teses e dissertações (BDTDs), repositórios institucionais, diretórios de periódicos eletrônicos etc.

Das obras consultadas nos *sites* de bibliotecas universitárias, destaca-se a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba e a da Universidade Federal do Maranhão, que nos possibilitou estudar grande parte das obras em suporte físico.

A busca para a coleta de dados deste trabalho identificou cerca de cinquenta obras, das quais foram selecionadas, a princípio, vinte. Tal seleção se deu com base em uma análise preliminar das informações contidas nas “orelhas”, nos resumos, bem como de outras informações adicionais coletadas na *web*, ao que se adicionou cerca de quinze obras para a elucidação de alguns termos que se encontravam nas obras analisadas, mas que nestas se configuravam de forma obscura e/ou discrepante.

A leitura completa e análise das obras da História dos povos de raiz africana no contexto brasileiro foram feitas com o objetivo de entender o significado das palavras utilizadas nos textos selecionados. Isso foi feito, considerando que, para Vygotsky (2009, p. 486), “[...] a consciência se

reflete na palavra como o sol em gota de água”. Para este autor, a palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo, de forma que a palavra é o pequeno mundo da consciência, posto que, quando é consciente, é o microcosmo da consciência.

Bakhtin (2009) alerta que não é fácil reconhecer o significado das palavras, pois cada palavra se faz significativa tanto na interlocução quanto na experiência e nas relações humanas. Para o autor, as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais.

Evidencia-se, de forma clara, que são nas relações sociais que se aprendem os sentidos e significados das palavras. A formação da consciência reflete e refrata as relações sociais. Internalizam-se palavras dos componentes do grupo ao qual o ser humano pertence e se apropria delas, tornando-as nossas, mas esse processo também as transforma, de acordo com os nossos conhecimentos prévios e em consonância com nossas representações de mundo.

Considerando a discussão da memória e da tradição como elementos constituintes da identidade de um povo, este estudo centraliza-se na leitura da história da África e do negro. Essa leitura analisa a informação étnico-racial em relação aos aspectos que englobam a cultura, através de suas tradições, religiões e idiomas da língua materna. Os idiomas como condição necessária do sentimento de pertença ou de “bem-estar” identitário e, longe de significar apenas um eco, a intenção é dar visibilidade a esse arcabouço de distintas tradições que embasam a formação do povo brasileiro.

As obras analisadas evidenciaram a influência da cultura africana no contexto brasileiro, e o procedimento de figurativização da

semântica discursiva foi o responsável por identificar e extrair as figuras principais dos textos. Tais figuras refletem a linguagem natural dos autores, ocasião em que estas foram encadeadas de acordo com a construção do discurso. Os temas emergiram a partir do procedimento de tematização e foram agrupados em seis grandes grupos: **comunicação, escravidão, libertação, cultura, culinária e religião.**

Os procedimentos de figurativização e tematização da semântica discursiva foi o método utilizado para a produção dos sentidos gerados para cada um dos temas e figuras que, a partir de agora, serão considerados descritores. Assim fundamentados, propuseram-se discursivizações específicas elaboradas por compreensão, intenção e/ou adaptação e, tomando por base as informações contidas nas obras analisadas e referenciadas na lista de referências, as quais estão apresentadas em forma de verbetes no conjunto que se denominou de Glossário de informação étnico-racial.

Este método possibilitou dirimir a subjetividade dos conceitos e ser objetiva na intenção de capturar a essência do que se procurava definir, de forma afirmativa, sem ser circular e isento de metáforas, de acordo com o recomendado nas orientações de Tálamo (1987). Dentro dessas orientações, também se tentou atingir univocidade e especificidade das definições, requisitos necessários a qualquer tipo de glossário, que pretendem excluir mais de uma interpretação para cada descritor e propor conceitos de uso universal e preciso, o que poderá permitir a configuração deste glossário como um aliado eficaz para impedir a dispersão interpretativa de seus termos.

O presente glossário não tem a pretensão de cobrir de forma exaustiva a informação étnico-racial de origem africana, até porque essa atividade envolve conhecimentos de áreas complexas como a linguística, a

semântica, a antropologia, a sociologia e outros, o que exigiria muito mais tempo para essa atividade.

Trata-se de um glossário que tentou registrar a terminologia fundamental da área. Tal terminologia foi separada e dividida em seis grandes temas especificados como: comunicação, escravidão, libertação, cultura, culinária e religião. E, dentro de cada um dos temas, estão as figuras correspondentes encontradas nos textos analisados, classificadas como os descritores que compõem o glossário.

As figuras definidas através da discursivização, proposta pela semântica discursiva, são vocábulos ou expressões linguísticas, uns de origem africana, outros não, mas que se constituem como representativas da etnia por ter seu uso frequente no contexto brasileiro, vinculados aos fatos marcantes por ela vividos.

O glossário, como já citado, está disposto em verbetes, seguidos da discursivização a que se referem e apresenta um arranjo composto de entradas principais e termos equivalentes, organizados em ordem alfabética dentro de cada um dos temas, descritor por descritor e destacados em negrito. Essa organização exclui remissivas, o que permite que o leitor veja todos os vocábulos ou expressões linguísticas agrupadas e que tenham o mesmo significado.

Capítulo 8

GLOSSÁRIO

Capítulo 8

GLOSSÁRIO

8.1 TEMA COMUNICAÇÃO

De modo geral, **comunicação** é um tipo de troca de informações que requer um sistema de símbolos, envolvido em componentes complexos para sua formação e organização a que se atribui o nome de linguagem que, por sua vez, permite ao homem transmitir experiências e saberes.

Nas obras analisadas, o tema **comunicação** ficou evidenciado a partir da constatação de que a formação do vocabulário brasileiro da língua portuguesa recebeu importante contribuição de origem africana, representada por dois grandes grupos etnolinguísticos: o primeiro formado pelas línguas bantu e o segundo composto pelas línguas oeste-africanas ou sudanesas.

O tema **comunicação** é figurativizado pelos vocábulos que caracterizam as línguas de origem africana que contribuíram para a formação do vocabulário brasileiro e que compõem o grupo de línguas bantas. Tais figuras são:

Quicongo ou **kikongo**, também conhecido como **cabinda**, **congo**, **kongo** ou **kikoongo**. Língua africana falada pelos bacongos nas províncias de Cabinda, do Uíge e do Zaire, no Norte de Angola, no Baixo Congo, na República Democrática do Congo e nas regiões limítrofes da

República do Congo (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).

Quimbundo, kimbundu, dongo, kindongo, loanda, mbundu, loande, luanda, lunda, mbundu, n'bundo, nbundu, ndongo ou **mbundu do norte**. Língua africana da região central de Angola, que inclui a Província de Luanda (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).

Umbundo, umbundu, m'bundo, mbundu do sul, nano, mbali, mbari ou **mbundu de Benguela**. Língua falada no Sul da Angola, na Zâmbia, na Namíbia e pelos povos ovimbundos (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).

O tema **comunicação** também é figurativizado por vocábulos e expressões que representam as línguas de origem africana contribuintes da formação do vocabulário brasileiro e que fazem parte do segundo grande grupo etnolinguístico chamado de línguas oeste-africanas ou sudanesas, composto pelas línguas da família kwa, faladas no Golfo do Benim. Tais figuras são:

Ewe-fon. Conjunto de línguas kwa, muito parecidas, é composto pelas línguas mina, ewe, gun, fon e mahi e são faladas principalmente em Gana, Togo e em Benim. Tanto a língua quanto os escravos que a falavam foram denominados no Brasil de jeje, gegê, ou ainda jeje-nagô (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).

Fanti ou **fante**. Língua falada em Gana, comum para a comunicação entre os vários reinos do Fanti, que integra o Kwa tido como um ramo da família linguística Níger-Congo (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).

Iorubá. Língua constituída por um grupo de falares regionais que se concentram no sudoeste da Nigéria e no antigo Reino de Queto (Ketu), hoje localizado no Benim, onde é conhecida como nagô, por cujo nome os

iorubás ficaram conhecidos no Brasil (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).

O tema **comunicação** também é figurativizado pelo vocábulo de origem africana que se incorporou à língua portuguesa, usado na atualidade de forma cotidiana. Vejam-se as figuras:

Axé. Saudação que significa poder, energia, força, mas que fora do contexto da comunicação tem outros significados (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

8.2 TEMA ESCRAVIDÃO

A riqueza de palavras do vocabulário brasileiro teve uma contribuição significativa dos africanos que vieram para o Brasil e foram escravizados durante o período colonial e imperial. As informações étnico-raciais que transitam entre nós hoje é resultado das práticas desenvolvidas pelos negros que não abriram mão de sua formação cultural, não obstante serem submetidos a toda sorte de violência e opressão.

Da análise das fontes informacionais, impossível não atribuir importância ao tema **escravidão**, que designa a forma de relação social de produção, marcada pela exploração da mão de obra de negros aprisionados na África, trazidos e comercializados no interior do Brasil como mercadorias para trabalhar em regime de trabalhos forçados nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste, como tentativa de solução para a insuficiência de lavradores para a atividade. Esse sistema teve início na primeira metade do século XVI, com a produção canavieira e, mais tarde, nas plantações de café e em outros setores da economia brasileira, circunstância essa que perdurou por quase quatrocentos anos, momento da libertação conquistada graças ao movimento abolicionista (BARROS, 2009; LOPES, 2006; MOURA,

2004). O tema **escravidão** é figurativizado pelos vocábulos e expressões linguísticas dispostas abaixo:

Açoite. Golpe desferido nos escravos como castigo, aplicado com o bacalhau (MOURA, 2004; RIBEIRO, 1995).

Antiescravagismo. Doutrina antagônica à escravidão (MOURA, 2004).

Antiescravagista. Relativo à antiescravagismo (MOURA, 2004).

Arrematação. Ato de arrematar em leilão os africanos já livres (CHALHOUB, 2012; MOURA, 2004).

Arrematador. Aquele que pratica a arrematação (MOURA, 2004).

Assenzalado. Aquilo ou aquele que tem a característica da senzala ou simplesmente o negro quando estava na senzala (MOURA, 2004).

Assenzalar. Tornar semelhante à senzala ou o ato de manter o negro na senzala (MOURA, 2004).

Auto-escravização. Ato praticado por pessoa livre que vendia a si própria de forma voluntária para ser escrava (MOURA, 2004).

Avença. Licença cedida aos que se interessavam pelo comércio escravista (MOURA, 2004).

Avençado. Pessoa que recebia a avença (MOURA, 2004).

Banguê. Padiola em que se transportavam os cadáveres dos escravos para levar ao cemitério ou a outras partes distantes, ou ainda para jogá-los ao mar (LOPES, 2006; MOURA, 2004).

Banzo. Estado de depressão ou tristeza fatal que abatia os escravos com saudade de sua terra (FREYRE, 2003; LOPES, 2006; MOURA, 2004; ODA, 2008).

Bênção. Saudação que o escravo era obrigado a fazer ao seu “dono” (CHALHOUB, 2012; MOURA, 2004).

Cafofo. 1. Quarto onde os escravos ficavam enquanto esperavam para ser vendidos; 2. Esconderijo, que também pode ser um quarto ou local reservado com coisas velhas e usadas (MOURA, 2004).

Casa-grande, casa de morada ou **casa de vivenda.** Casa do senhor nas grandes propriedades rurais do Brasil colonial (LOPES, 2006; FREYRE, 2003).

Cativeiro. Local onde os negros escravizados eram mantidos presos (LOPES, 2006; MOURA, 2004).

Contrabando. Prática ilegal do transporte e comercialização de negros africanos para o Brasil, depois da abolição da escravatura (LOPES, 2006; MOURA, 2004).

Dia-de-branco. Dia útil, dia de trabalho (CASTRO, 2001).

Dia-de-negro. Domingo, dia de descanso (CASTRO, 2001).

Diáspora africana ou **diáspora negra.** Fenômeno sociocultural e histórico de imigração forçada de africanos, com objetivos escravagistas mercantis que perduraram da Idade Moderna ao final do século XIX (CARVALHO, 2010; LOPES, 2006).

Escravidão colonial. Implantação da escravidão como peça principal da organização econômica das colônias, que atendia às exigências do sistema capitalista para a acumulação de capitais (BARROS, 2009; MOURA, 2004).

Escravidão, escravidão ou **escravismo.** Forma de relação social de produção adotada no Brasil desde o período colonial até o final do Império, e se caracterizou pela comercialização e utilização de mão de obra

de negros africanos em regime de trabalhos forçados (BARROS, 2009; MOURA, 2004).

Escravo. Negro africano, aprisionado na África e trazido de forma obrigada ao Brasil para ser vendido e utilizado como mão de obra, a princípio na lavoura de cana e, mais tarde, nas plantações de café e em outros setores da economia, em regime de trabalhos forçados (BARROS, 2009; MOURA, 2004).

Escravocrata ou **escravista.** Partidário do sistema de escravatura (BARROS, 2009; MOURA, 2004).

Galés. Espécie de sanção criminal ou penalidade equivalente a trabalhos forçados, a serem desenvolvidos nos trabalhos públicos da província, usando calcetas no pé e corrente de ferro (MOURA, 2004).

Navio negroiro ou **navio tumbeiro.** Navio de carga utilizado no transporte de escravos, principalmente os escravos africanos, até o século XIX (CARVALHO, 2010; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Racialização da escravidão. Forma de se enxergar a escravidão como diferença coletiva, a partir de um conceito de “raça” (BARROS, 2009).

Senzala. Grande alojamento destinado para a moradia dos escravos, nos engenhos e fazendas no Brasil colonial e na monarquia, entre os séculos XVI e XIX (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Sistema escravocrata. Sistema que adota como principal fonte de acúmulo de capitais a exploração da mão de obra escrava nas suas atividades laborais (BARROS, 2009).

Tomadia. Prêmio devido ao capitão do mato por capturar escravos fugitivos e devolvê-los ao seu senhor (MOURA, 2004).

Tráfico atlântico ou **tráfico negroiro**. Comércio de escravos em todo o Oceano Atlântico entre os séculos XVI e XIX também conhecido como comércio transatlântico de escravos (BARROS, 2009, LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Do tema **escravidão**, também se identificam **figuras** que se configuram como instrumentos de tortura e contenção de escravos, a exemplo de:

Anjinho. Instrumento para torturar escravos quando se desejava ouvir alguma confissão sobre suposto roubo de objetos, fuga ou paradeiro de outros escravos e nomes de donos quando estes eram capturados por algum capitão do mato que desejava receber a tomadia. O instrumento anjinho consiste em um círculo de metal, atarraxado com um parafuso, introduzido em um dos dedos e que gradativamente se diminuía o diâmetro até provocar dores lancinantes e até fraturas (LOPES, 2006; MOURA, 2004; SANTOS, 2013).

Azorrague. Instrumento que servia para espancamento de escravo, composto de um cabo e de uma ou mais correias de couro, entrelaçadas (MOURA, 2004).

Bacalhau. Chicote de pequeno cabo, com várias correias entrelaçadas e com cinco pontas (MOURA, 2004).

Calceta. Instrumento de contenção de escravos, que consistia em uma argola ou anilha de ferro, preso por uma corrente à cintura e à perna do próprio condenado ou de outro escravo, também condenado às galés (MOURA, 2004).

Canga. Objeto de contenção de escravos que tinha o objetivo de transporte de comboio de negros capturados na África para serem trazidos para comercialização e consistia em uma forquilha que em uma extremidade prendia o pescoço e acabava na outra ponta repousando

sobre a espádua do que vinha atrás do primeiro e assim sucessivamente (MOURA, 2004).

Cepo. Tronco grosso de madeira que o escravo carregava à cabeça, preso por uma longa corrente e uma argola que trazia no tornozelo (LOPES, 2006; MOURA, 2004; SANTOS, 2013).

Colar de ferro ou **libambo.** Espécie de “colar” feito de ferro que prendia o pescoço do escravo em uma argola de ferro, de onde saía uma haste longa dirigida para cima e ultrapassando o nível da cabeça do escravo. Esta haste acabava em um chocalho ou em bifurcações de pontas retorcidas (LOPES, 2006; SANTOS, 2013).

Coleira ou **gargalhadeira.** Instrumento que servia para castigar escravos e consistia em uma barra de ferro com diâmetro de 5/8 polegadas, às vezes com uma, duas ou três hastes e até sem nenhuma haste, mas estas tinham uma pequena argola na parte superior (LOPES, 2006; MATTOS, 2008; MOURA, 2004; SANTOS, 2013).

Ferrete ou **ferro de marcar.** Objeto de ferro que era submetido a altas temperaturas para depois aplicá-lo à pele do escravo acusado de tentativas de fugas, com a intenção de “marcá-lo”, geralmente com a letra inicial do dono ou com a letra F de “fujão” (SANTOS, 2013).

Máscara de folha de flandres. Espécie de máscara, feita de flandre, um tipo de material laminado, que impedia os escravos de beberem e de fumarem (SANTOS, 2013).

Palmatória. Também chamada férula, é um artefato de madeira composto de um círculo com cabo, algumas podendo conter furos no círculo, para vencer a resistência do ar e aumentar a velocidade do golpe, ou espinhos e pregos para machucar ainda mais a pele do escravo (SANTOS, 2013).

Pau de arara. Instrumento de tortura que consistia em uma barra de ferro atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, de forma a deixar o corpo a aproximadamente 20 ou 30 centímetros do chão, deixando o escravo em uma posição que poderia sofrer pancadas por todo o corpo (SANTOS, 2013).

Peia. Espécie de algema a que se prendiam os escravos (LOPES, 2006; SANTOS, 2013).

Pelourinho. Colunas de pedra em praça pública com pontas recurvadas de ferro a que se prendiam os condenados à força e onde também eram amarrados os escravos condenados à pena dos açoites. O momento do açoite reunia grande multidão para assistir ao “espetáculo”, anunciado publicamente pelos rufos do tambor (LOPES, 2006; SANTOS, 2013; SOARES, 2007).

Tronco. 1 Pedaco de pau de bom tamanho a que se amarravam os escravos para castigá-los; 2 Instrumento de tortura e humilhação, feito de madeira com dois blocos perfurados e nele os escravos permaneciam deitados, presos pelos pés e pelas mãos, ou pelos pés e pelo pescoço, permanecendo paralisados e indefesos aos ataques de insetos e ratos, e em contato com a própria urina e fezes (LOPES, 2006; SANTOS, 2013; SOARES, 2007).

Viramundo. Ferros onde se metiam as mãos e os pés do escravo (LOPES, 2006; SANTOS, 2013; SOARES, 2007).

O tema **escravidão** também é figurativizado por vocábulos e expressões linguísticas que indicam alguns ofícios e outras atividades exercidas pelos escravos de origem africana ou por homens livres, bem como algumas formas linguísticas que indicam como eram conhecidos ou apelidados os escravos. As **figuras** coletadas foram:

Acendedor de lampião. Escravo que exercia a tarefa de acender e apagar os lampiões de querosene localizados nas ruas (MOURA, 2004).

Anda. Escravo escolhido pelo senhor para ser seu laçao pessoal, condutor permanente da carruagem nos dias de festas ou da cadeirinha que carregava seu “dono” (MOURA, 2004).

Ama de leite. Escravas encarregadas de amamentar os filhos de seus “senhores” (FREYRE, 2003).

Angolares. Escravos fugidos da Ilha de São Tomé (MOURA, 2004).

Apurador. Escravo que, no tempo da mineração, em Minas Gerais, era encarregado de trabalhar com bateias na apuração do ouro (MOURA, 2004).

Banda-forra. Designação para os filhos de brancos com negras escravas (MOURA, 2004).

Bandoleiros. Escravos fugitivos que se transformavam em uma espécie de salteadores (MOURA, 2004).

Banqueiro. Assistente do mestre de açúcar, que podia ser escravo ou livre, e dirigia as operações nas fábricas e engenhos durante a noite (MOURA, 2004).

Bicudo. Escravo importado e comercializado depois da abolição (MOURA, 2004).

Boçal. Escravo recém-chegado ao Brasil, que ainda não sabia falar a Língua Portuguesa (LOPES, 2006; RIBEIRO, 1995).

Cabra. Denominação para crioula, filha de mulato e negra (BARROS, 2009).

Calumbá. Escravo encarregado de despejar água na moenda e cuidar dos recipientes para o caldo da cana (MOURA, 2004).

Cambá. Termo depreciativo com que os paraguaios designavam os negros que foram lutar na guerra do Paraguai (MOURA, 2004).

Capanga. Jagunço (RIBEIRO, 1995).

Capataz ou **feitor.** Aquele que supervisionava o trabalho escravo (LOPES, 2006; MOURA, 2004; SOARES, 2007).

Capitão do mato, capitão de assalto ou **capitão de estrada.** Indivíduo encarregado de prender o escravo fugitivo ou aquilombado para restituir ao seu dono e fazer jus à tomadia (LOPES, 2006; MOURA, 2004).

Carregadores de café. Escravos encarregados de carregar o café no cais ou alfândega (MOURA, 2004).

Cativo. Prisioneiro negro obrigado ao regime de trabalhos forçados (MOURA, 2004).

Coiteiros ou **couteiros.** Pessoas ou grupos que escondiam os escravos fugitivos (MOURA, 2004).

Comboieiro. Condutor de comboios (MOURA, 2004).

Crioulos. Forma como são conhecidos os negros nascidos no Brasil, amplamente aculturados (CARNEIRO, 1964; RIBEIRO, 1995).

Escravos de ganho. Escravos africanos que desenvolviam alguns tipos de serviços urbanos, baseados numa nova forma de espoliação, quando os escravos ofereciam suas habilidades profissionais a quem precisasse, serviços tais como de carregadores, pequenos mercadores, barqueiros de cabotagem, produtores de víveres, artesãos de todas as artes, amas e empregados domésticos, além de serviços de enfermagem e encarregados de serviços públicos. Recebiam pagamento em dinheiro, o que era destinado ao senhor do escravo, no todo ou em grande parte (BARROS, 2009).

Galé. Escravo condenado ou sentenciado às galés (MOURA, 2004).

Galinhas. Designação atribuída aos negros trazidos ao Brasil depois da abolição. Essa denominação tinha o objetivo de despistar as autoridades que fiscalizavam as atividades portuárias (BARBOSA, 2011).

Ladinos. Escravos que logo que chegavam em solo brasileiro aprendiam a falar os rudimentos da língua portuguesa (CARNEIRO, 1964; RIBEIRO, 1995).

Mucama. Escrava de aspecto agradável, nascida nos engenhos e escolhidas para servir à família senhorial (LOPES, 2006; RIBEIRO, 1995).

Mulato. Mestiço de branco e negro (LOPES, 2006).

Pardos. Denominação para mestiços e mulatos (RIBEIRO, 1995).

Pombeiro. Mercador de escravos (RIBEIRO, 1995).

8.3 TEMA LIBERTAÇÃO

Os escravos de origem africana desde que chegaram ao Brasil mantiveram o anseio de liberdade, anseio esse que se manifestou, a princípio, na forma de quilombo. Em um primeiro momento, os quilombos eram nas matas e serras de terras que à época eram pernambucanas, hoje, estado de Alagoas. Os quilombos se organizaram e se proliferaram, sobretudo nos locais de maior concentração das propriedades rurais existentes à época. Essa luta ganhou muitos adeptos e defensores, como alguns membros de clubes e sociedades que lutavam pela extinção da escravatura. O sonho de liberdade dos afrodescendentes depois da abolição transformou-

se em uma dura realidade: sem moradia e sem condições financeiras passaram por grandes dificuldades, sem conseguir emprego remunerado, além de sofrer preconceito e discriminação racial. O esforço da etnia afrodescendente para vencer esse conglomerado de dificuldades é revelado pelos grandes movimentos que, por vezes, resultou na morte de muitos. Em compensação, como resultado de seu próprio trabalho e mobilizações, registram-se essas conquistas conseguidas ao longo do tempo.

Diante dessa exposição, elege-se o tema **libertação**, figurativizado por vocábulos e expressões linguísticas que correspondem à luta do povo de matriz africana, e que indicam movimentos, conquistas ou outras ações que apontam para a tão sonhada independência e igualdade de condições no seio da sociedade brasileira. Trata-se de:

Abolição da escravatura. Processo gradual de extinção da escravatura que, no Brasil, último país independente do continente americano a abolir completamente a escravatura, teve início com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, continuou com a Lei do Ventre Livre de 1871, com a Lei dos Sexagenários, de 1885, culminando com a sanção da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888 (BARROS, 2009).

Abolição do tráfico. Extinção do comércio de escravos para o Brasil através da lei Eusébio de Queirós, em 1850 (BARROS, 2009).

Abolicionismo. Movimento político que tinha o objetivo de abolir a escravatura e o comércio de escravos (BARROS, 2009).

Abolicionista. Pessoa ou grupo simpatizante da abolição ou militante que lutava para extinguir o regime de escravidão no Brasil (BARROS, 2009).

Ação afirmativa ou **discriminação positiva.** Medida tomada pelo estado, que pode ser voluntária ou de caráter obrigatório, que tem o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, de forma

que garanta igualdade de oportunidades e de tratamento, ou compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros, fazendo com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por áreas no mercado de trabalho (CASHMORE, 2000; GOMES, 2012; PORTELA *et al.*, 1997).

Africano liberto. Africano que se libertava da condição de escravo através da alforria, mas sem direito à cidadania brasileira, eram considerados estrangeiros (MOURA, 2004).

Africano livre. Beneficiado com a Lei de 7 de novembro de 1831, que determinava que todo africano desembarcado a partir desta data fosse repatriado à sua origem pelo estado brasileiro (LOPES, 2006; MOURA, 2004).

Alçados. Escravos fugitivos (MOURA, 2004).

Alforria. Liberdade concedida ao escravo através da Carta de Alforria (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Alforriar. Conceder Carta de Alforria (BARROS, 2009).

Aquilombado. Escravo reunido em quilombo (BARROS, 2009).

Aquilombamento. Forma ou tipo de organização dos quilombos (BARROS, 2009).

Arte quilombola. Artefatos fabricados de forma artesanal com materiais encontrados na natureza como palha de bananeira, palha de milho, madeira, argila e fibras por artesãos quilombolas (MOURA, 2004).

Autoemancipado. Escravo que se evadia do cativo por meio de fuga e depois buscava refúgio nas casas dos abolicionistas nas cidades, sobretudo no Rio de Janeiro (MOURA, 2004).

Bandeira. Organização de negros e mulatos no Rio de Janeiro, que consistia numa agremiação de confrarias e que tinha um santo católico como patrono (MOURA, 2004).

Camélia. Flor exótica, rara e de difícil cultivo, trazida do Oriente e cultivada para comercialização por negros aquilombados no Quilombo do Leblon. Demonstrava a capacidade de organização e de trabalho independente e que se transformou no símbolo do movimento abolicionista. Registra-se o fato de que a princesa Isabel ao assinar a Lei Áurea em 1888, foi presenteada com um buquê de camélias que teria vindo do Quilombo do Leblon (BARROS, 2009).

Carta de alforria. Documento através do qual o proprietário do escravo rescindia seus direitos de propriedade, libertando o escravo através desse dispositivo (BARROS, 2009).

Coartação. Termo utilizado para caracterizar a liberdade do escravo sob algumas condições (MOURA, 2004).

Consciência negra. Construção sociocultural que consiste na autoconsciência de que se é negro enquanto unidade sociológica e não como unidade biológica e de autoconhecimento e de autoestima em relação à sua originalidade étnica e cultural (BARROS, 2009; BRASIL, 2011; LOPES, 2006).

Dia Nacional da Consciência Negra. Ocasão dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. Foi criado em 2003 mediante a Lei 12.519, de 10 de novembro de 2011 e, celebrado no Brasil na data de 20 de novembro (BRASIL, 2011; LOPES, 2006).

Emancipação. Alforria ou independência (MOURA, 2004).

Emancipacionismo. Movimento que defende a emancipação dos escravos e a abolição da escravatura (BARROS, 2009).

Emancipado. Africano trazido pelo tráfico ilegal, libertado pelo governo e por ele empregado (BARROS, 2009).

Forro. Liberto da condição de escravo através da carta de alforria (BARROS, 2009).

Identidade negra. Processo de construção histórica e social no plano simbólico e acontece quando o indivíduo toma para si a história, a cultura, as raízes e as lutas da comunidade negra, no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo (BARROS, 2009; GOMES, 2005; LOPES, 2006).

Lei Áurea. Lei Imperial de n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, foi o diploma legal que extinguiu a escravidão no Brasil (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Lei de cotas em concursos públicos. Lei 12.990/2014, de 09 de junho de 2014, reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (BRASIL, 2014).

Lei de Cotas nas universidades. Lei nº 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012 e regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012. Esta lei define as condições gerais de reservas de vagas, estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior que, também, pela Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento das vagas reservadas (BRASIL, 2012).

Lei de obrigatoriedade de inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino fundamental e ensino médio. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, a obrigatoriedade de inserção dos conteúdos pertinentes à história e à cultura afro-brasileira (BRASIL, 2008).

Lei do Ventre Livre. Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871, determinava que todas as crianças nascidas de pais escravos fossem livres (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Lei Eusébio de Queirós. Legislação brasileira aprovada em 4 de setembro de 1850, que, no Segundo Reinado, proibiu definitivamente o tráfico interatlântico de escravos (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Lei Feijó ou “lei para inglês ver”. Lei que determinou que todos os africanos que desembarcassem em território brasileiro deveriam ser repatriados para sua origem através do estado, fato este nunca concretizado e burlado até 1850, posto que estes eram entregues para particulares ou ao serviço público até que providenciassem advogado ou procurador que tratasse de sua emancipação. Data de 7 de novembro de 1831 e foi regulamentada pelo Decreto de 19 de novembro de 1835. Esta lei criou, entre outras medidas, a figura do arrematador, o que significou reescravização do africano que, por sua vez, precisava trabalhar por 14 anos para o arrematador na condição de escravo para ter o direito de requerer a sua emancipação, prática essa que foi extinta em 1850, por ocasião da Lei Eusébio de Queirós (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Lei Saraiva-Cotegipe. Também conhecida como Lei dos Sexagenários, nasceu de um projeto do deputado baiano Rui Barbosa e libertou todos os escravos com mais de 60 anos, mediante compensações financeiras aos seus proprietários, fato este que obrigava os escravos que

atingiam a idade entre 60 e 65 anos a trabalharem por mais três anos por não terem condições financeiras de pagar por tal exigência da lei (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Movimento dos Caifazes. Movimento de libertação de escravos que surgiu com o poeta Luís Gama e que, após sua morte, Antonio Bento de Sousa e Castro, advogado, juiz e maçom, assumiu a liderança, organizando fugas coletivas no final do século XIX para enviá-los a quilombos ou a outras províncias, a exemplo da Província do Ceará, que já tinha decretado a libertação dos escravos. Este fato impulsionou a maioria das cidades paulistas a decretar a libertação dos escravos antes mesmo da Lei Áurea. Esse movimento foi inspirado na passagem bíblica que se refere à conhecida sentença de Caifás ao entregar Jesus a Pilatos: “Vós nada sabeis, nem compreendeis que convém que um homem morra pelo povo, para que o povo todo não pereça?” (BARROS, 2009; MOURA, 2004).

Movimento negro. Nome genérico atribuído ao conjunto de movimentos sociais de organização e/ou participação de afrodescendentes (AMORIM, 2011; DOMINGUES, 2007; LOPES, 2006).

Negritude. Movimento de caráter político, ideológico e cultural, de valorização e exaltação dos valores culturais dos povos negros afrodescendentes, vítimas da opressão colonialista (DOMINGUES, 2005).

Políticas compensatórias. Opções de políticas sociais do governo, através de ações que incluem programas de assistência e de transferência de renda, além das que garantem educação gratuita, previdência, seguridade social, que tem o objetivo de minimizar as carências das condições de vida de estratos sociais específicos, tidos como prejudicados ou discriminados pelo padrão dominante de distribuição de renda (GOMES, 2012; MUNANGA, 1996; PORTELA *et al.*, 1997).

Políticas de afirmação. Tem como objetivo reconhecer a diversidade existente entre a população negra e não negra e direcionar esforços para minimizar as distâncias socioeconômicas que permeiam a vida social brasileira e, gradativamente, conseguir equidade de oportunidades para todos (BARROS, 2009; GOMES, 2012; MUNANGA, 1996; PORTELA *et al.*, 1997).

Quilombo ou **mocambo.** Povoação ou ajuntamento de escravos fugidos de seus cativeiros, dotada de divisões e de organização interna (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Quilombo abolicionista ou **quilombo urbano.** Tipo de quilombo que surgiu durante a crise final da escravidão no Brasil como um modelo novo de resistência, cujas lideranças eram bem conhecidas e bem articuladas politicamente e com documentação civil em dia, de forma que os contatos com a sociedade eram tantos e essenciais, que faziam parte do jogo político da sociedade. O mais significativo foi o Quilombo do Leblon, onde se cultivava a camélia que se transformou em uma espécie de código através do qual os abolicionistas podiam ser identificados, principalmente quando empenhados em ações mais perigosas ou ilegais, como o apoio de fugas e obtenção de esconderijo para os fugitivos. Nesse quilombo os fugitivos eram preparados para a liberdade, cultivando as camélias como se estas representassem a sua liberdade. Outros quilombos desse tipo davam a impressão de um pequeno povoado, geralmente localizado bem próximo das cidades, às vezes com casas de pau a pique, construídas com barro e pequenos troncos de árvores que abrigavam os escravos fugitivos que tentavam a sobrevivência nos mercados e portos das cidades (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Quilombo rompimento. Modelo tradicional de resistência à escravidão, que se caracterizava por se estabelecer em locais distantes,

com o objetivo de evitar caçadores de recompensa e, ao mesmo tempo, romper com o modelo de civilização europeia, tentando recriar o mundo africano, por isso tinha a tendência dominante da política do esconderijo, do segredo e da guerra. Seus habitantes, os quilombolas, protegiam seu dia a dia, sua organização interna e suas lideranças de todo tipo de inimigo ou forasteiro. O primeiro quilombo e o mais importante foi o de Palmares (BARROS, 2009).

Quilombola. Designação comum de escravos refugiados em quilombos ou descendentes de escravos negros, cujos antepassados fugiram de seus cativeiros formando os vilarejos chamados de quilombos (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Revolta dos Malês. Movimento organizado por escravos de origem islâmica. Esse movimento tinha a proposta de libertação dos demais escravos africanos que fossem muçulmanos, de forma que a mobilização aconteceu na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, na cidade de Salvador, capital da então província da Bahia (BARROS, 2009; LOPES, 2006).

Sistema de cotas. Modelo de ação afirmativa implantado, *a priori* nas universidades públicas federais, pela Lei de cotas, com o objetivo de amenizar as desigualdades sociais, históricas, econômicas e educacionais sofridas pelos afrodescendentes, oportunizando equidade de oportunidades a todos (PORTELA *et al.*, 1997).

8.4 TEMA CULTURA

O conjunto de manifestações culturais existente hoje no Brasil teve forte influência da cultura de origem africana. A alegria, a musicalidade, a sensualidade e o otimismo característicos do povo africano que aqui chegou na condição de escravo se refletem através de suas manifestações artísticas como cantos, danças, músicas etc., não obstante viver sob o regime de trabalhos forçados e submetido a todos os tipos de humilhação e sofrimento.

Diante desse fato, apresenta-se o tema **cultura**, Waqui considerado como conjunto de traços que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange as artes, as letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2001).

Este tema é figurativizado pelos vocábulos e expressões linguísticas alusivas às manifestações artísticas que englobam a música, as danças, os ritmos e o folclore. Vejam-se:

Afoxé. Manifestação de cunho religioso apresentada nas ruas. Por esse motivo, às vezes é chamada de “afoxé de rua”. Tem relação com os terreiros de candomblé. Nessa manifestação, assim como nos terreiros, se entoam cantigas ou orôs, acompanhadas do afoxé ou agbê na percussão e mais três tipos de atabaques de tamanhos diferentes e do agogô que, juntos, traduzem o som do ritmo de ijexá (LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Batuque. Tipo de festividade folclórica (diferente da religião de mesmo nome praticada no Rio Grande do Sul), muito presente nas comunidades quilombolas do Amapá. Apresenta-se de duas formas diferentes, uma com características da religiosidade e outra de cunho profano. A primeira é ligada ao catolicismo, que venera Jesus e os santos

da comunidade e é apresentada com missas, novenas, ladainhas rezadas em latim e procissões. A segunda é de cunho profano e se apresenta com almoços, bailes e festejos que incluem a dança do **batuque**, **semelhante ao marabaixo**, ao tambor de crioula e ao jongo. Os instrumentos utilizados são os pandeiros e os tambores compridos chamados de macacos, nos quais os homens montam para tocar (MATTOS, 2008).

Bumba meu boi. Festa folclórica que acontece no bojo das festas juninas, mas que também pode se apresentar em outros meses, ocasião em que se encena um tipo de auto a que se misturam danças, músicas, teatro e circo. Essa festa pode se manifestar de diversas formas e em várias localidades do país, ganhando nomes como boi-bumbá, no Amazonas e no Pará; bumba meu boi, no Maranhão; boi calemba, no Rio Grande do Norte; cavalo-marinho, na Paraíba; bumba de reis ou reis de boi, no Espírito Santo; boi pintadinho, no Rio de Janeiro; boi de mamão, em Santa Catarina e boizinho no Rio Grande do Sul.

A origem desse festejo remonta o ciclo do gado, que fazia uso de mão de obra escrava. Existe uma lenda que conta a história de um casal de escravos chamados de Pai Francisco e Mãe Catirina. Esta, grávida, desejou comer a língua do mais bonito boi da fazenda, ao que o Pai Francisco atendeu. Quando o dono da fazenda percebeu a morte do seu animal preferido convocou curandeiros e pajés para ressuscitá-lo e quando isto aconteceu toda a comunidade celebrou. Essa manifestação foi perseguida pela elite nordestina e pela polícia, inclusive sendo proibida no período de 1861 a 1868, por ser uma festa de origem escrava. Em dezembro de 2009, através da Lei nº 12.103, o Governo Federal instituiu o dia 30 de junho como Dia Nacional do Bumba meu boi (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014a; SILVA; FERREIRA, 2012; LOPES, 2006).

Cantiga ou **orô**. Termo genético utilizado para designar cânticos sagrados afro-brasileiros (CASTRO, 2001).

Capoeira ou **capoeiragem**. Expressão cultural brasileira que agrega arte marcial, esporte, cultura popular e música, caracterizada por golpes e movimentos ágeis e complexos, utilizando primariamente chutes e rasteiras, além de cabeçadas, joelhadas, cotoveladas e acrobacias em solo ou aéreas. A característica que a distingue de outras artes marciais é a musicalidade. Seus praticantes aprendem a lutar, a jogar, além de tocar os instrumentos típicos da capoeira e a cantar. A Roda de Capoeira foi registrada como bem cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2008 e, em novembro de 2014, recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Consiste num círculo de capoeiristas perfilados que batem palmas e cantam enquanto dois deles se exibem com movimentos como a ginga, os chutes em rotação, as rasteiras, os floreios como o aú ou a bananeira, os golpes com as mãos, as cabeçadas, as esquivas, as acrobacias como o salto mortal e os giros apoiados nas mãos ou na cabeça, além de outros movimentos de grande elasticidade no meio da roda, ao som de um ou mais tipos de berimbaus (o gunga, o médio e/ou viola), do pandeiro e do atabaque, até que, ao comando do tocador de berimbau, algum outro capoeirista entra no lugar de um deles na roda e “compra o jogo”, dando início a um novo jogo (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014d; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Carimbó. Dança de roda típica do litoral do Pará. É um gênero de dança de origem indígena, mas que também recebeu influência negra, foi declarada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão oficial vinculado ao IPHAN, como patrimônio cultural imaterial do Brasil em setembro de 2014 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014c; LOPES, 2006).

Coco, zambê, coco de usina, coco de roda, coco de embolada, coco de praia, coco do sertão ou coco de umbigada. Dança de roda com cantoria executada em pares, fileiras ou círculos durante festas populares do litoral e do sertão nordestino, de influências africana e indígena. O som que caracteriza a apresentação vem dos instrumentos ganzá, surdo, pandeiro e triângulo, mas o que marca a cadência do ritmo é o repicar acelerado dos tamancos, tendo sua sonoridade completada com as palmas (AYALA, 1999; D'AMORIM; ARAÚJO, 2003).

Congada ou congado. Festa popular que faz parte do folclore brasileiro, de origem africana. Foi criada por escravos negros no Brasil. Os elementos formadores dessa festa são as festas de coroação do rei do Congo e da rainha Ginga, de Angola. Era um desfile ou procissão sincrética que reunia elementos do catolicismo e da religiosidade africana, de forma que a Igreja, as autoridades e os senhores de engenho em geral aceitavam ou prestigiavam a solenidade. A procissão contava com a presença de uma corte e de seus vassalos, animada por danças, cantos e música, acabando em uma igreja que, em geral, tinha Nossa Senhora do Rosário como padroeira, momento em que acontecia a cerimônia de coroação do Rei Congo e da Rainha Ginga. As congadas da atualidade adquiriram outras formas e ganharam mais dois padroeiros: São Benedito e Santa Ifigênia. São compostas de desfiles teatrais com seus integrantes vestidos de branco e adornados com uma espécie de saiote composto de fitas coloridas e com o rosário de lágrimas, dançando ao ritmo das caixas e dos chocalhos, de vários ritmos, como as embaixadas, os desafios, os repentos e os maracatus (LOPES, 2006; MATTOS, 2008; NERY, 2012).

Festa do Divino Espírito Santo. Tradição advinda do catolicismo e da cultura popular, muito encontrada em várias regiões do país, com características próprias em cada localidade. No Maranhão se distingue das demais por ter tido início com os colonos açorianos, portugueses e seus

descendentes. Essa tradição passou a ser organizada por afrodescendentes, em terreiros de tambor de mina (casas de culto afro-maranhenses), realizadas dentro de seu calendário religioso, e estreitamente identificada com as mulheres negras praticantes desse culto. É organizada uma vez por ano, em homenagem à entidade mais importante da comunidade e se inicia a partir do domingo de Pentecostes. A festa mais proeminente é na cidade de Alcântara, litoral ocidental maranhense; se manifesta de forma sincrética, com elementos dos rituais da religiosidade afro-maranhense e do catolicismo, envolvendo aspectos religiosos e profanos. Gira em torno de um grupo de crianças denominado império ou reinado, estruturado para reproduzir o que o grupo imagina ter sido a corte portuguesa: imperador e imperatriz, mordomo-régio e mordoma-régia, mordomo-mor e mordoma-mor, acompanhados de mais quatro membros. A festa se constitui como um ritual de grande complexidade, podendo durar até quinze dias com as seguintes etapas: abertura da tribuna (salão que representa um palácio real e especialmente decorado para tal, que marca o início e o fim da festa); busca e levantamento do mastro (tarefa exclusivamente masculina); visita dos impérios, missa e cerimônia dos impérios; derrubada do mastro; repasse das posses reais; e fechamento da tribuna, que assinala o fim da festa, momento em que é entoado o cântico solene de narração da vida de Cristo, desde o nascimento até a morte e fazendo menção à futura volta do Divino, com as caixas (instrumento tocado pelas caixeiras) sendo arriadas ao chão. Depois do encerramento da festividade, há o descerramento do mastro, momento de confraternização entre os participantes, sejam os que trabalharam, colaboraram ou simplesmente assistiram a momentos da festa, ao som do carimbó de velha, tocadas pelas caixeiras (mulheres negras e devotas da religião afro, com idade entre 50 e 60 anos que tocam as caixas), tidas como um dos elementos mais importantes da festa do Divino (FERRETTI, 2005; SOUZA FILHO; ANDRADE, 2012).

Ijexá. Ritmo musical suave de batida cadenciada, tocado exclusivamente com as mãos, acompanhado do gã (agogô) que marca o compasso, e que se tornou popular através do grupo baiano Filhos de Gandhi e de algumas músicas interpretadas por cantores renomados como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Virgínia Rodrigues e Maria Bethânia (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Jongo, caxambu ou corimá. Dança afro-brasileira, semelhante ao batuque e com canto responsorial, que se dança ao som de um tambor chamado caxambu e de cuícas. É essencialmente rural e contribuiu de forma relevante para a formação do samba, tendo, inclusive, recebido o apelido de “avô” do samba. Tem música e dança características, animadas por poetas que se desafiam por meio da improvisação com cantigas ou pontos enigmáticos (CARNEIRO, 1964; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014b; LOPES, 2006).

Lundu ou lundum. Gênero musical e dança folclórica que teve origem a partir dos batuques dos escravos de origem africana que, com o passar do tempo, influenciado por outras culturas, ganhou algumas modificações que afetaram o ritmo e a dança, contudo, sua característica mais marcante, a sensualidade, foi preservada em movimentos de rebolados de quadris que imitam o ato sexual (CASTRO, 2001; D’AMORIM; ARAÚJO, 2003; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Maculelê. Tipo de dança folclórica brasileira de origem afro-brasileira e indígena. Já foi arte marcial armada, mas na atualidade apenas simula uma luta tribal. Seus participantes utilizam dois bastões, denominados grimas (espécies de esgrimas) como arma, que desferem e aparam golpes ao som de músicas em língua africana, indígena e/ou portuguesa. Os participantes mais habilidosos dançam com facões no

lugar de bastões, e as faíscas criadas depois de cada golpe produzem um efeito visual muito bonito (FALCÃO, 2009; LOPES, 2006).

Marabaixo. Festividade folclórica realizada pelas comunidades negras do estado do Amapá, em homenagem ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade. É considerada a maior expressão cultural amapaense e se apresenta de forma sincrética, com os elementos de origem católica, como a pomba do Espírito Santo e a coroa da Santíssima Trindade e alguns componentes das religiões de origem africana como a levanta dos mastros, quebra da murta e outros, composta de uma parte religiosa e outra profana. A festa acompanha o calendário litúrgico da Igreja Católica e acontece na Páscoa, acabando no Domingo do Senhor, ocasião em que as mulheres se vestem com saias rodadas floridas, anáguas, blusas brancas e muitos colares. Os homens se trajam de calça branca e camisa comum, lembrando as vestimentas dos antigos escravos. Em geral, os homens tocam as caixas enquanto as mulheres cantam versos improvisados chamados “ladrões” (LOPES, 2006; VIDEIRA, 2009).

Maracatu. Ritmo musical, dança e ritual originado das congadas que se apresenta de forma sincrética, utilizando elementos das religiões cristãs e da religiosidade afro, muito praticado no estado do Pernambuco, onde nasceu. Com relação ao baque (batida), divide-se em dois: de baque virado (maracatu nação) e de baque solto (maracatu rural). É marcado pelo uso predominante de instrumentos de percussão de origem africana como os grandes tambores, chamados alfaias tocados com talabartes (baquetas especiais para o instrumento) que dão o ritmo ou baque da música e, acompanhados pelas caixas ou taróis, ganzás e um gonguê ou agogô, produzindo um ritmo intenso e frenético (ARAÚJO, 1989; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Maxixe ou **tango brasileiro**. Espécie de dança de salão brasileira que se originou no Rio de Janeiro através dos afrodescendentes na segunda metade do século XIX momento em que o tango também dava os seus primeiros passos na Argentina e no Uruguai. Tem um ritmo rápido e apresenta características do lundu, das polcas e das habaneras, daí ser conhecido por tango brasileiro (CASTRO, 2001; LOPES, 2006; MATTOS, 2008; PERNA, 2001).

Samba. Gênero de música e dança que traz na origem as raízes africanas. Muito perseguido pela elite e pelas autoridades por ser representativo da cultura africana. A partir da década de 1940, passou a ser aceito pela sociedade e transformou-se em símbolo nacional. Fazem parte da sua harmonia os instrumentos de corda, como o cavaquinho e o violão. O ritmo é marcado pelo surdo ou pelo pandeiro, agregando, *a posteriori*, outros instrumentos como a flauta, o piano e o saxofone. Registre-se que a partir desse gênero, nasceram outros tipos de samba (D'AMORIM; ARAÚJO, 2003; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Samba-canção. Tipo de samba com ênfase musical sobre a melodia, com ritmos lentos, letras sentimentais e românticas. Esse samba surgiu na década de 1920 (PARANHOS, 2003; PERNA, 2001).

Samba-choro ou **chorinho**. Tipo de samba cuja melodia une o fraseado instrumental do choro e o batuque do samba, originário da década de 1930 (PARANHOS, 2003; PERNA, 2001).

Samba de breque. Tipo de samba, um dos primeiros originados no Rio de Janeiro no final da década de 1920, de ritmo acentuadamente sincopado, com paradas súbitas chamadas breques, derivou do samba-choro e quase sempre conta uma história engraçada (MATTOS, 2008; PERNA, 2001).

Samba de gafeira. Tipo de samba que tem acompanhamento de orquestra, com ritmo rápido e muito forte na parte instrumental, feito para dançar, muito utilizado nas danças de salão e originário da década de 1940 (PERNA, 2001).

Samba de morro. Tipo de samba originário do Rio de Janeiro na década de 1930, com ritmo vivo, acompanhado de pandeiro, tamborim, cuíca e surdo (MATTOS, 2008).

Samba de partido alto. Tipo de samba surgido no final do século XIX, originalmente cultivado por grupos de negros na cidade do Rio de Janeiro, com ritmo marcado por palmas. Atualmente falam sobre a realidade dos morros e das regiões mais carentes, com letras improvisadas, sendo considerado o estilo dos grandes mestres do samba (MATTOS, 2008).

Samba de roda. Tipo de samba muito parecido com a roda de capoeira, dançado em círculo, com sapateado e requebrado de ancas. É a raiz do samba brasileiro e foi registrado pela UNESCO como patrimônio da humanidade, originado na década de 1860 na Bahia. Seu conjunto instrumental não é fixo, mas geralmente é composto por violas, pandeiros e instrumentos como prato e faca, garrafas ou pedaços de madeira, ditos idiofones (MATTOS, 2008).

Samba-enredo. Tipo de samba criado especialmente para ser cantado durante os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, originário da década de 1930, cuja letra deve compreender o resumo poético do tema histórico, folclórico, literário, biográfico ou mesmo de criação livre, que for escolhido para enredo ou assunto da apresentação da escola de samba em seu desfile-espetáculo diante do público (MATTOS, 2008; PERNA, 2001).

Samba-exaltação. Tipo de samba que possui letras patrióticas que ressaltam as maravilhas do Brasil, em geral acompanhado por orquestra (PARANHOS, 2003).

Sambalanço. Tipo de samba caracterizado pelo deslocamento da acentuação rítmica, originário da década de 1950, influenciado pelos gêneros musicais norte-americanos da época, em especial o jazz e que na década de 1960 evoluiu para uma mistura de bossa nova, maracatu, jongo e *rhythm & blues*, dando origem ao samba-rock mais recentemente (SOUZA, 2003).

Samba raiado. Tipo de samba levado ao Rio de Janeiro no início do século XX pelas “tias” baianas, variante do samba de roda, acompanhado por palmas e pelo ruído forte e estridente de pratos de louças raspados com faca (MATTOS, 2008).

Tambor de crioula. Manifestação maranhense de origem afrodescendente que somente as mulheres dançam. Essa brincadeira é praticada em louvor a São Benedito, o santo negro, como pagamento de promessas ou em algumas comemorações diversas. Apresentada geralmente ao ar livre, não tem calendário fixo. Apresenta-se com maior frequência no carnaval e durante as festas juninas. As brincantes, chamadas de “coreiras”, se vestem com saias rodadas de estampas em cores vivas, anáguas largas com renda na borda e blusas rendadas e decotadas, brancas ou de cor. Além disso, se adornam com flores, colares, pulseiras e torços coloridos na cabeça. Os homens vestem calça escura e camisa estampada. Essa brincadeira tem coreografia livre e variada. As brincantes se perfilam em círculo enquanto apenas uma faz sua demonstração coreográfica individual, dando atenção especial aos tocadores. O clímax da dança é a punção, que consiste no convite para outra brincante entrar na roda e se apresentar, caracterizada com um toque de barriga, e assim sucessivamente. A marcação dos passos

da dança é feita pela parelha, um conjunto de três tambores. O Tambor de Crioula recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (FERRETTI, 2002; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014e; LOPES, 2006).

O tema **cultura** também é figurativizado por vocábulos e expressões linguísticas que caracterizam os instrumentos musicais, tidos como heranças africanas que se constituem como parte do cotidiano da música brasileira. Vejam-se:

Abatá. Tambor confeccionado em madeira ou flandres e colocado sobre cavalete ou armação de madeira. É revestido de couro nas duas bocas, afinado com torniquete e tocado de um ou dos dois lados (FERRETTI, 2006).

Afoxé. Instrumento musical composto de uma cabaça pequena redonda que pode ser de madeira e/ou de plástico, recoberta com uma rede de missangas ou contas em volta de seu corpo, a cabaça. Seu som é produzido quando as missangas ou contas são giradas no sentido contrário da extremidade do instrumento (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Agogô ou **gã.** Instrumento musical classificado como idiofone. É formado por um único ou por até quatro sinos ou campânulas de ferro ou de folha de flandres ligados entre si pelo vértice, considerado como o instrumento mais antigo do samba e originado da música tradicional iorubá. O instrumentista tira o som desse instrumento batendo com uma baqueta de madeira na(s) boca(s) de ferro do instrumento, também chamadas de campânulas (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Atabaque. Instrumento musical utilizado pelos afro-brasileiros nos cultos religiosos do candomblé, nas rodas de capoeira e ritmos brasileiros como o samba. Tem origem árabe e foi levado para a África

por mercadores que entravam no continente através dos países do Norte, como o Egito e, posteriormente, trazido para o Brasil. Constitui-se de um tambor feito, em geral, de madeira de lei como o jacarandá, cedro ou mogno cortada em ripas largas e presas umas às outras com arcos de ferro de diferentes diâmetros que, de baixo para cima dão ao instrumento uma forma cônico-cilíndrica. Na parte superior, a mais larga, são colocadas travas que prendem um pedaço de couro de boi bem curtido e muito bem esticado (CASCUDO, 2012; LOPES, 2006).

Berimbau. Instrumento de percussão indispensável nas rodas de capoeira, também presente em celebrações religiosas afro-brasileiras como o candomblé. É composto de uma cabaça, de um arco de madeira retesado por um fio de arame, de uma baqueta com a qual se percute o arame. O instrumentista com uma mão percute o arame com uma baqueta e, com a outra mão, segura uma pedra ou um pedaço de metal (popularmente chamado de dobrão) que é levado de encontro ao arame, causando variação nos tons emitidos pelo arco (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Caxambu. Tambor volumoso utilizado na dança de mesmo nome e no jongo, que é assemelhado ao atabaque e ao zabumba (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Caxixi. Cestinha em forma de badalo, confeccionada com vime e fechada embaixo. Recebe uma alça na parte superior e dentro são colocadas sementes que funcionam como chocalho. É um instrumento presente nos berimbaus que acompanham a capoeira e nas cerimônias do candomblé (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Crivador, pequeno, pererengo ou merengue. Tambor pequeno e bastante rústico, feito manualmente de troncos de mangue, pau d'arco, sororó, faveira ou angelim. É trabalhado exteriormente com plainas para

que a parte superior fique mais larga que a inferior, e o lado interno é trabalhado com fogo para que fique oco, recebendo cobertura de couro de boi, veado, cavalo ou tamanduá. Depois de confeccionado, espalha-se azeite doce no couro, que fica exposto ao sol para enxugar e atingir o “ponto de honra”, ocasião em que é considerado totalmente pronto, utilizado principalmente no tambor de crioula (FERRETTI, 2006).

Cuíca. Instrumento musical que se caracteriza como um tambor que contém em seu interior uma varinha ou tira de couro em contato com a membrana e que, ao ser friccionada com a palma da mão, faz vibrar o tambor, o que produz um som rouco que parece uma voz grunhindo, bastante utilizado pelas baterias das escolas de samba, possuindo função complementar nos sambas enredo (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Ganzá. Instrumento musical de percussão tido como idiofone e muito utilizado no samba e em outros ritmos brasileiros. É um tipo de chocalho executado com as mãos por agitação, em geral feito de um tubo de metal ou de plástico em formato de cilindro que pode variar de quinze a cinquenta centímetros e preenchido com areia, grãos de cereais ou pequenas contas. Este tubo pode ser duplo ou até triplo (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Gonguê. Tambor de tamanho pequeno que produz som seco e surdo, que serve para atrair os dançarinos (CASCUDO, 2012).

Gunga. Espécie de berimbau que tem a cabaça maior, por ser o mais grave e que faz a marcação do ritmo com seu toque, raramente podendo ter improvisações. O seu tocador geralmente lidera a cantoria, além de ser responsável por convidar os jogadores ou capoeiristas para iniciarem o jogo (CASTRO, 2001).

Médio, de centro ou contra-gunga. Espécie de berimbau que dobra em cima do ritmo básico do gunga, sendo o menor do trio de berimbaus. Tem um som regulado entre o grave do gunga e o agudo do violinha. Com uma afinação mediana, o tocador pode executar a melodia, fazendo o solo da música e sendo permitida ao tocador a execução de algumas viradas e alguns toques de repique (CASTRO, 2001).

Meião de socador ou chamador. Tambor de tamanho médio, fabricado da mesma forma que o crivador. É também utilizado no tambor de crioula (FERRETTI, 2006).

Mulungu. Tipo de tambor muito grande, comprido e estreito que emite som retumbante e utilizado em cerimônias religiosas afro-brasileiras (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Pandeiro. Instrumento musical que chegou ao Brasil através dos portugueses que o utilizavam em suas procissões religiosas, mas que foi aproveitado pelos escravos de origem africana em seus folguedos. Serve para percussão e pode ser confeccionado em couro ou em plástico e madeira, devendo ser segurado por uma das mãos, enquanto a ponta dos dedos, o polegar e a base da outra mão são utilizados para tocar o lado de cima da pele que reveste o instrumento. O pandeiro tem ampla utilização nos vários tipos de manifestações artísticas de origem afrodescendente (CASCUDO, 2012).

Pandeirão. Espécie de pandeiro em tamanho maior (SILVA; FERREIRA, 2012).

Parelha. Conjunto de três tambores: o crivador, o meiaõ e o roncador que são utilizados no tambor de crioula (FERRETTI, 2006).

Roncador ou rufador. Tambor de tamanho grande, fabricado nas mesmas condições do crivador e que também é utilizado para o tambor de crioula (CASCUDO, 2012; FERRETTI, 2006).

Viola ou **violinha**. Espécie de berimbau, sendo de maior tamanho (CASTRO, 2001).

Xequerê. Instrumento musical caracterizado como uma espécie de afoxé, porém de tamanho maior (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Zabumba, bombo, bumba, caixa grande, zambê, zambumba ou **zé-pereira**. É uma espécie de tambor muito grande e comprido, confeccionado de pranchas de madeira coladas e com veios alternados ou com metal, e sua pele pode ser de couro ou de nylon. Possui sonoridade grave, tocado ou percutido por varetas, macetas ou baquetas, e sua superfície é composta de uma ou de duas membranas esticadas em uma das bases, as quais, percutidas, produzem sons indeterminados muito usados para marcar o ritmo em alguns gêneros musicais, a exemplo Wdo baião, do xaxado, do xote e do coco (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Zingoma. Tipo de tambor cilíndrico de uma face, feito de um tronco oco, muito utilizado em cerimônias religiosas afro-brasileiras (CASTRO, 2001).

8.5 TEMA CULINÁRIA

Quando os africanos aportaram no Brasil já eram dotados de sabedoria na forma de produzir seus alimentos. As escravas, responsáveis por preparar os alimentos tanto nos engenhos quanto nas fazendas e nas casas-grandes localizadas no campo e na cidade, introduziram ingredientes e frutos do mar como parte da alimentação, variadas formas de preparar, utilização de panelas de barro e colher de pau, sem falar na adaptação das condições adversas que proporcionaram a criação de novos pratos.

O tema **culinária** emergiu da leitura das obras e é figurativizado pelos vocábulos e expressões linguísticas que caracterizam a arte de fazer alimentos. A cultura africana tornou-se parte da cultura brasileira, a teor do que se observa através das figuras a seguir:

Abará. Tipo de bolo de feijão-fradinho ou macáçar descascado e temperado com cebola, sal e azeite de dendê, enrolado em folhas de bananeira e cozido em banho-maria (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; QUERINO, 1988).

Acaçá. Bolinho feito de milho macerado em água fria, depois moído, cozido e envolvido, ainda morno, em folhas verdes de bananeira (CASCUDO, 2008; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; QUERINO, 1988).

Acaçá-de-leite. Espécie de acaçá de milho branco acrescido de leite (de coco ou de vaca) (CASTRO, 2001).

Acaçá-de-milho-branco. Espécie de acaçá de milho branco sem leite (CASTRO, 2001).

Acaçá-vermelho. Espécie de acaçá de milho amarelo (CASTRO, 2001).

Acarajé. Bolo de feijão temperado e moído com camarão seco e outros temperos e frito com azeite de dendê (BASTIDE, 1983; CASCUDO, 2008; CASTRO, 2001; FREYRE, 2003; LODY, 1992; LOPES, 2006; QUERINO, 1988).

Ado. Doce de milho torrado e moído, misturado com azeite de dendê e mel (LODY, 1992; QUERINO, 1988).

Angu. Espécie de papa de farinha mandioca ou fubá (CASTRO, 2001; LODY, 1992).

Bobó. Creme pouco consistente feito à base de inhame, cozido, amassado e temperado, a que se acrescenta camarão seco (CASCUDO, 2008; LODY, 1992).

Canjica, corá, jimbelê, curau ou munguzá. Papa cremosa de milho verde ralado e cozido com leite e açúcar (CASCUDO, 2004; CASTRO, 2001; FREYRE, 2003).

Caruru ou cariru. Prato feito de quiabos, a que se acrescentam camarões secos, peixe e temperos diversos (CASCUDO, 2008; CASTRO, 2001; LODY, 1992; LOPES, 2006; QUERINO, 1988).

Denguê. Milho branco cozido acrescido de açúcar (CASTRO, 2001; QUERINO, 1988).

Efó. Iguaria à base de língua de vaca, taioba e outros vegetais (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Feijoada. Prato preparado com feijão preto a que se acrescenta rabo, orelha e pé de porco, linguiça, carne seca etc. Surgiu da necessidade que o escravo tinha de aproveitar as sobras da casa grande para se alimentar (LOPES, 2006; QUERINO, 1988).

Fuba ou fubá. Farinha de milho ou de arroz com a qual se faz angu (CASCUDO, 2004; CASTRO, 2001).

Jabá. Carne seca ou charque (CASTRO, 2001).

Lelê. Bolo de tabuleiro, preparado com milho e leite de coco (CASTRO, 2001).

Manauê ou manuê. Bolo de fubá de milho ou aipim e mel (CASCUDO, 2012, CASTRO, 2001).

Matetê. Papa de milho triturado, feijão ou inhame com leite de coco e dendê (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Maxxada. Prato feito à base de maxixe (CASTRO, 2001).

Moqueca. Cozido que pode ser preparado com peixe, marisco, galinha, ovo (FREYRE, 2003; LODY, 1992; LOPES, 2006).

Mungunzá. Feito de milho em grão e servido doce (com leite de coco) ou salgado com leite (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Quibebe. Prato à base de abóbora em forma de purê (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Quitute. Iguaria saborosa, exclusiva ou muito desejada (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Tutu ou ungui. Iguaria de feijão cozido e engrossado com farinha a que se pode acrescentar carnes salgadas e toucinho (CASTRO, 2001).

Vatapá. Papa de farinha de mandioca com azeite de dendê e pimenta, servida com peixe e frutos do mar (CASTRO, 2001; LOPES, 2006; QUERINO, 1988).

Xinxim. Guisado de galinha ou de outra carne temperada, a que se adiciona azeite de dendê e camarões secos, amendoim e castanha de caju moídos (CASCUDO, 2008; CASTRO, 2001; LODY, 1992; QUERINO, 1988).

O tema **culinária** também é figurativizado pelos vocábulos e expressões linguísticas que caracterizam as iguarias oferecidas aos orixás, inquices e voduns em festividades e rituais da religiosidade afrodescendente. Vejam-se:

Abadô. Iguaria de farinha de milho ou amendoim e misturada com farinha de mandioca, oferecida a vários orixás, principalmente a Obaluayê, Oxumare e Nanã, indispensável no ritual de olubajé (CASTRO, 2001).

Abado (azogri). Milho de pipoca, socado com açúcar e peneirado e se constitui em uma obrigação dos voduns de Dambirá (FERRETTI, 2011).

Abarem ou aberem. Bolo de milho branco moído, que depois de cozido se envolve com folha da bananeira, apreciado pelos orixás Omulu, Xangô, Oxalá e Ibêji (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Abexi. Guisado de folhas oferecido a Oxalá e Obaluayê (CASTRO, 2001).

Abobó. Feijão branco de olho preto cozido e feito angu (FERRETTI, 2011).

Aborô. Porção de bolo ou comida que o chefe do terreiro retira de seu prato para dar na boca da iniciada (CASTRO, 2001).

Abrazô, abrozô ou ambrazô. Pequenos bolos, feitos com farinha de milho ou de mandioca, temperados e fritos no azeite de dendê (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Agralá. Farofa amarela de farinha de mandioca seca (LODY, 1992; FERRETTI, 2011).

Amalá. Iguaria utilizada em ritual votivo dos Orixás Xangô, Iansá, Obá e Ibêji. É feita à base de quiabo, podendo ser preparada de várias maneiras diferentes (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; CORRÊA, 2005; LODY, 1992).

Amió. Pirão de farinha seca a que se pode acrescentar pedaços de galinha (FERRETTI, 2011).

Buruburú. Pipoca estourada na areia da praia dentro de fogareiro no quintal, que pode ser doce, insossa ou com sal (FERRETTI, 2011).

Dodô. Banana da terra cortada em rodela e fritas no dendê. É oferecida a Ibêji (CASTRO, 2001).

Ebá. Espécie de papa ou pirão de água e sal nos rituais religiosos afro-brasileiros (CASTRO, 2001).

Ebô. Alimento religioso e votivo para os orixás funfun (brancos), Oxalá e Iansá. Trata-se de milho branco cozido (CASTRO, 2001; LODY, 1992).

Ecuru. Prato feito à base de feijão fradinho e oferecido à Iansá (CASTRO, 2001; LODY, 1992).

Efum-oguedê. Farinha preparada a partir da banana ainda não amadurecida completamente, descascada, cortada em fatias para secar ao sol e, posteriormente, pisada no pilão (CASTRO, 2001; QUERINO, 1988).

Eofumpá. Purê de inhame cozido com azeite de dendê (CASTRO, 2001).

Flor de omulu. Pipoca consagrada à divindade que protege seus seguidores de varíola e de outras doenças de pele (CASTRO, 2001).

Fufu. Milho triturado e peneirado a que se acrescenta pedaços de coco e açúcar (CASTRO, 2001).

Furá. Prato feito com fubá de arroz, coco seco ralado e açúcar, oferecido em rituais afro-brasileiros aos voduns para pedir força e axé (FERRETTI, 2011).

Homolucum ou omolocum. Prato feito de feijão branco, camarão, dendê e cebola cozidos juntos, oferecido em rituais afro-brasileiros aos orixás Oxum e Iansá (CASTRO, 2001; CASCUDO, 2008; FERRETTI, 2011).

Latipá. Guisado de folhas de mostardeira fervidas inteiras, temperadas e fritas no azeite de dendê. Iguaria oferecida a Omulu (CASTRO, 2001; QUERINO, 1988).

Manjar. Mingau feito com maisena, leite de vaca, leite de coco e açúcar, oferecido ao vodum Abe (FERRETTI, 2011).

Os vocábulos a seguir indicam alimentos na forma líquida e figurativizam o tema **culinária**.

Afurá, efurá ou furá. Bebida refrigerante preparada com arroz fermentado ou milho e água açucarada ou mel (CASTRO, 2001).

Ajuá. Bebida feita com a raiz da jurema (BASTIDE, 1971).

Aluá. Bebida refrigerante de milho, de arroz ou de casca de abacaxi fermentados com açúcar ou rapadura e usada tradicionalmente como oferenda aos orixás (CASCUDO, 2008; CASTRO, 2001; QUERINO, 1988).

Cachaça, quixaxa, cumulaia, camunheca, cunuá ou **ominfunfum.** Aguardente extraída através da fermentação e destilação das borras do melão da cana-de-açúcar (CASTRO, 2001).

Calumbá ou **garapa.** Suco extraído da cana-de-açúcar (CASTRO, 2001).

Garrafada ou **milongo.** Beberagem preparada com ervas, frutos, folhas, em geral de infusão em água ou cachaça e que acreditam ter propriedades mágicas e medicinais (CASTRO, 2001).

As formas linguísticas pelas quais alguns alimentos são conhecidos pela cultura afrodescendente em suas práticas ritualísticas religiosas, que figurativizam o tema **culinária** são:

Camolenga ou **cambolenga.** Abóbora (CASTRO, 2001).

Camburi. Banana-roxa (CASTRO, 2001).

Dicondo. Banana (CASTRO, 2001).

Efum. Farinha (CASCUDO, 2008; CASTRO, 2001; QUERINO, 1988).

Embá. Mel de abelha (CASTRO, 2001).

Epá ou **jinguba.** Amendoim (CASTRO, 2001).

Guguru. Pipoca (CASTRO, 2001).

Maçango. Milho (CASTRO, 2001).

Macundê. Feijão (CASTRO, 2001).

Oguedê. Banana frita no azeite de dendê (CASCUDO, 2012; QUERINO, 1988).

O tema **culinária** figurativizado pelos vocábulos e expressões linguísticas que se caracterizam como vegetais são:

Dendê. Fruto do qual se extrai o azeite de mesmo nome (LODY, 1992).

Jiló. Fruto comestível, de sabor amargo e com propriedades estomáquicas e tônicas (CASTRO, 2001).

Jurema. Árvore da família das leguminosas, nativa do Brasil, de cuja casca e raiz se faz uma bebida do mesmo nome, de propriedade alucinógena, muito apreciada pelos caboclos durante os ritos afro-brasileiros (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Macáçar, fradinho, de corda ou **macundê.** Espécie de feijão branco (CASTRO, 2001).

Maxixe. Fruto do maxixeiro (CASTRO, 2001).

Maxixeiro. Planta anual da família cucurbitácea e de origem africana (CASTRO, 2001).

Obi. Fruto conhecido como noz-de-cola e usado principalmente nos rituais de Ori, Ebori e feitura de santo (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Quiabeiro. Planta da família das malváceas (CASTRO, 2001)

Quiabo, quingombô, gombô, quibombô, quibombô, quigombô, quimbombô, quingobô, quingombô ou **quingombô.** Fruto do quiabeiro (CASTRO, 2001).

Quitandê. Espécie de feijão que serve para sopas e outras iguarias (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

8.6 TEMA RELIGIÃO

É fato notório que desde que chegaram ao Brasil, os africanos sempre buscaram manter suas tradições de acordo com os locais de onde haviam saído. No aspecto religioso não foi diferente, entretanto houve a necessidade de aderirem ao catolicismo aqui praticado. Este processo, por sua vez, levou os diversos grupos de africanos a misturarem elementos de suas religiões com elementos do cristianismo europeu e teve como consequência a aproximação de algumas divindades e entidades religiosas africanas ligadas às forças da natureza ou a fatos do dia a dia com os personagens do catolicismo, num processo conhecido como sincretismo religioso.

Além disso, o sincretismo envolveu também a mistura dos elementos da religiosidade indígena com os da religiosidade de matriz africana. Some-se a isso, a dinamicidade dos processos culturais que gerou a multiplicidade de ritos, religiões, divindades, entidades e outros componentes da religiosidade afrodescendente, hoje praticadas no território brasileiro.

Dessa forma, aponta-se o tema **religião**, pela forma contundente com que se sobressaiu nas fontes analisadas e figurativizado pelos vocábulos e expressões linguísticas que caracterizam a tipologia das religiões que foram trazidas para o território brasileiro pelos afrodescendentes que aqui chegaram na condição de escravos e outras religiões que absorveram ou adotaram costumes e rituais africanos. Eis as figuras:

Babaçuê, babassuê, batuque de Santa Bárbara, Batuque-de-Mina ou **Jeje-Nagô**. Culto religioso afro-ameríndio popular nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, especialmente nos estados do Amazonas, Maranhão e Pará. É considerado um tipo de candomblé mestiço, onde são cultuados tanto os Orixás quanto os Voduns (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1964).

Batuque. Forma genérica que se atribui à religião afro-brasileira de culto aos orixás praticada no Estado do Rio Grande do Sul, e seu desenvolvimento acontece em templos que recebem o nome de “casas de batuque”, cada uma das quais sob a liderança de um sacerdote ou sacerdotisa, que assume a condição de pai ou de mãe de santo (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1964; CORRÊA, 1992).

Cabula. Manifestação religiosa que primeiro se apresentou de forma sincrética e deu origem aos demais cultos, inclusive à umbanda. A sua organização tem hierarquia diferenciada para os Orixás cultuados. Tem como tradição divulgar seus ensinamentos somente de pai para filho, através da folha do santo (NICOLIN, 2007).

Candomblé. Religião desenvolvida no Brasil a partir do conhecimento de sacerdotes africanos e que foi proibida pela igreja católica e criminalizada por alguns governos, mas que se expandiu consideravelmente desde o fim da escravidão e, não obstante ser praticada originalmente pela população de escravos, é hoje uma das principais religiões estabelecidas, com seguidores de todas as classes sociais e dezenas de milhares de templos espalhados em todo o território nacional e com muitas variações em suas formas de apresentação e organização (LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Candomblé de Caboclo. Espécie de candomblé que, além do culto aos orixás, voduns ou inquices, cultua espíritos de índios chamados de entidades, catiços ou caboclos boiadeiros e gentileiros (RIBEIRO, 1983).

Encantaria, Terecô, Mata ou Encantaria de Barba Soeira. Forma de pajelança, praticada nos estados do Piauí, Maranhão e Pará. Apresenta elementos afro-ameríndios, cultuando diversas divindades e de origens diversas em seus rituais, como as africanas com seus voduns e orixás, as indígenas com o raio e o sol, as católicas com o Deus único, Espírito Santo e Virgem Maria e as brasileiras como os encantados e os caboclos (FERRETTI, 2000b).

Jaré. Religião praticada em Lençóis, região da Chapada Diamantina, no estado da Bahia (CASTRO, 2001).

Jurema de Terreiro ou Catimbó de Terreiro. Designação comum à linha de catimbó-jurema que tem seus rituais processados em um terreiro, ao som dos tambores e atabaques e de forte influência africana em sua composição (BASTIDE, 1971; PRANDI, 2001).

Macumba. Designação genérica atribuída a vários cultos que apresentam sincretismo religioso que englobam o catolicismo, espiritismo, ocultismo, candomblé, e cultos ameríndios (CARNEIRO, 1964; LOPES, 2006).

Quimbanda. Religião identificada como um polo negativo da Umbanda, com conhecimento do mundo astral, inclusive da magia negra e manipula forças negativas, mas que também pode ajudar a fazer o bem. Suas entidades são consideradas como das mais próximas da faixa vibratória dos encarnados, por isso apresentam muitas semelhanças com os humanos e são conhecidas como “povos de rua” e abrangem os mensageiros ou guardiões exus e pomba giras, que vibram em matas,

cemitérios e encruzilhadas ou lugares onde possa haver espíritos atrasados como os quiumbas e obsessores (CARNEIRO, 1964).

Tambor de Mina. Religião iniciática e de transe ou possessão praticada principalmente no estado do Maranhão, mas com difusão também nos estados do Pará, Amazonas e Piauí. Essa denominação deriva da importância do instrumento tambor nos rituais de culto combinada com o significado de Mina, que nomeia os negros oriundos da costa situada a leste do Castelo de São Jorge da Mina, conhecidos como negros mina-jejes e mina-nagôs. Essa religião cultua os voduns, os orixás e os caboclos (BASTIDE, 1971, FERRETTI, 2000a; FERRETTI, 2011).

Terecô. Predominante nas cidades de Codó, no estado do Maranhão e em Teresina no estado Piauí. É uma religião que deriva do Tambor de Mina e se assemelha com o Candomblé. Seus sacerdotes desempenham funções de rezadores e de curandeiros (FERRETTI, 2000b).

Umbanda. Religião considerada “brasileira por excelência” que apresenta sincretismo de elementos do Catolicismo, combinado com o espiritismo, com a tradição de orixás africanos e com os espíritos de origem indígena. Seus guias ou entidades espirituais se apresentam na forma de espírito indígena, pretos velhos ou pomba-gira, momento em que dão conselhos e passes (CARNEIRO, 1964; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Xambá, Xangô do Nordeste, Xangô do Recife, Xangô de Pernambuco ou Nagô Egbá. Religião afro-brasileira praticada nos estados do Pernambuco e de Alagoas (CASTRO, 2001).

O tema **religião** também é figurativizado por vocábulos e expressões linguísticas que caracterizam os personagens que atuam nos ritos religiosos de origem africana. Vejam-se:

Abê. Vodum equivalente a Oxóssi (CASTRO, 2001; FERRETTI, 1996).

Agonglô. divindade jeje, rei de Daomé no período de 1789 a 1797 (CASTRO, 2001; FERRETTI, 1996; LOPES, 2006).

Aiabá. Designação genérica para as divindades femininas, para as iniciadas que cultuam essas divindades e para as principais encarregadas da cozinha ritualística do terreiro (CASTRO, 2001).

Airá. 1. Orixá louvado como a divindade que rege o encontro dos ventos e seu nome pode ser traduzido como redemoinho; 2. Xangô, o velho, que se identifica com São Pedro e costuma usar contas azuis; 3. Ajiboná ou mãezinha, é a auxiliar da sacerdotisa nas casas de tradição jeje ou nagô (CASTRO, 2001).

Averekete. Vodum da ligação entre os voduns kavionos e os voduns aquáticos, filho de Sogbo com Naé Agbé e, que, em outros mitos, é filho de Sogbo com Naeté (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1964; FERRETTI, 1996).

Aziri, Tobosi, Aziri Togbosi ou Abotô. Vodum que vive nas profundezas das águas doces, com aparência de serpente aquática, muitas vezes confundido com o orixá Oxum (CASTRO, 2001; FERRETTI, 1996).

Babá Egungum, baba, dabu Egun, Babá-Egun, Êssa ou Esa. Pai, antepassado, chefe, espírito ancestral de pessoa importante, especialmente preparado para ser invocado e materializado (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Babalaô, babalorixá, vidente, olhador, sacerdote de Ifá, baba-ifá, babaloalô, babaloxá, babanlá, ialorixá, bacão, rumbondo, tata-de-inquice, zelador ou pai-de-santo. Sacerdote (BASTIDE, 1971;

CARNEIRO, 1964; CASCUDO, 2012; FERRETTI, 1996; LOPES, 2006).

Badé. 1. Designação de Xangô, na língua jeje; 2. Vodum jovem, guerreiro e brigão que faz parte da família de Heviossô. Habita os vulcões e está ligado ao fogo. Suas cores variam entre vermelho, branco, amarelo e azul; 3. **Título de Sobô** (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; FERRETTI, 1996).

Baiani, Bayanni, Dada ou Dada Ajaká. Orixá da mitologia iorubá, filho de Oraniá, meio-irmão mais velho de Xangô e de Xapaná, mas existe outra versão que informa ser a mãe de Xangô (CASCUDO, 2012; FERRETTI, 1996).

Batazeiros ou **abatazeiros.** Tocadores dos batás ou abatás que são tambores tocados com as mãos nas festividades e rituais religiosos, principalmente no tambor de mina (FERRETTI, 2000a; FERRETTI, 2011).

Caboclos. Espíritos de índios que teriam morrido e se transformado em guias de luz e com certo grau espiritual de evolução e que voltam à Terra para prestar a caridade ao próximo (CARNEIRO, 1964; LOPES, 2006).

Calunga. Designação dada ao mar nos rituais afro-brasileiros (CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001).

Dambirá. Grupo ou família de divindades da terra, que combatem doenças e pestes, curando com raízes e remédios. É cultuada no tambor de mina e chefiada por Acossi Sakpatá e que inclui entre outros Azíli, Azônice, Polibojí, Lepon, Alôgue, Ewá, Bôça e Boçucó (FERRETTI, 1996).

Davice. Família real, formada por voduns que são nobres e cultuados no tambor de mina (FERRETTI, 1996).

Encantados. Designação genérica para caboclo (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001).

Erê. Espírito infantil que desempenha a função de falar pelo orixá que, em geral, não fala, a não ser em raras ocasiões. O Erê é encarregado também de manter o transe do iniciado durante certos momentos rituais (CASTRO, 2001).

Ewa, Ewá ou Euá Iyewa Oxumaré fêmea. É um vodum feminino da família de Sakpata, filha de Aido Wedo e Dambala, irmã de Boçalabê, que nasceu para ser o símbolo da pureza e da beleza dos deuses, considerada ora irmã de Iansá, ora irmã de Oxumarê (FERRETTI, 1996).

Exu, Légua, Elegbara ou Elebá. Um dos deuses mais polêmicos das religiões afro-brasileiras, é mensageiro entre os homens e os orixás, e destes entre si. Está associado ao poder de fertilização e à força transformadora das coisas (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; FERRETTI, 1996; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Guias. Entidades espirituais que teriam o poder de proteger e conduzir as pessoas (CASTRO, 2001).

Heviossô, Quevioçô, Hebiosso, Kheviossô, Xêvioso ou Xêbioso. Grupo ou família de divindades. São voduns das águas e dos astros chamados nagôs. São quase todos mudos (CASTRO, 2001; FERRETTI, 1996).

Iaiá. Denominação utilizada pelos pretos-velhos para designar as mulheres jovens, de forma respeitosa (CASTRO, 2001).

Ialorixá, Iyalorixá, Iyá, mãe de terreiro, zeladeira, mameto ou mãe de santo. Nome genérico para sacerdotisa e chefe de terreiro de religião afrodescendente e responsável pela administração do terreiro (CASTRO, 2001; FERRETTI, 1996).

Iamansá. Mãe de Xangô (CASTRO, 2001).

Iansá. Deusa dos ventos, raios e tempestades, domínio que divide com seu marido Xangô. Foi associada a Santa Bárbara pelo sincretismo (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; MATTOS, 2008).

Iaô. Filho ou filha de santo (CASTRO, 2001).

Ibeji; beji ou **Ìgbeji.** Também conhecida como Ainã, é a divindade gêmea da vida, protetora dos gêmeos na mitologia iorubá, a que se dá o nome de Taiwo ao primeiro gêmeo gerado e o de Kehinde ao último (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; FERRETTI, 1996).

Iemanjá Rainha do Mar, Janaína, Mãe D'água, Sereia, Iara, Aiocá, Oloxá, Mesa-princesa ou Rainha do aiocá, Aiucá, Arocá e os títulos de Agué-xalugá e Açabá. Divindade das águas, cultuada sobretudo no mar e tida como mãe de todos os outros orixás (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Ifá ou **Orumilá.** Ser intermediário, porta-voz dos deuses. Preside a adivinhação com os búzios (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Irmão de santo. Designação para aquele que tem o mesmo santo como guia ou que se originou do mesmo ritual de iniciação, chamado barco (CASTRO, 2001).

Iroco ou Loko. Orixá do candomblé queto associado à árvore conhecida como gameleira e corresponde ao vodum Loco no candomblé jeje e ao inquice no candomblé banto_(CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001).

Iyami Agbá. Orixá assentado para ser cultuado pela comunidade e não como orixá de iniciação por ser uma energia ancestral aglutinada de forma coletiva, representa todas as mães mortas (FERRETTI, 1996).

Kpósun ou **Acaba.** Vodum pertencente à família de Heviosô, traz a força do espírito do leopardo e está ligado à terra e ao céu. Segundo algumas lendas,

abre passagem para que a morte possa receber os espíritos dos mortos (CASTRO, 2001).

Liçá, Lissá ou Segbo-Lisa. Faz parte da família de Heviosô que representa o sol e o firmamento. É o vodum da criação, pai e ancestral de todos os demais voduns e é equivalente a Oxalá (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001).

Logunedé ou Logum-edé. Filho de Oxóssi e Oxum. É uma divindade queto, caracterizada por passar seis meses no domínio de sua mãe, as águas, onde se apresenta como mulher e se alimenta de peixes, e nos outros seis meses vive no reino de seu pai, as matas, onde se apresenta como homem e se alimenta dos animais que caça, sendo por esse motivo considerado provedor, ágil e esbelto, como seu pai, e vaidoso, volúvel e dengoso, como sua mãe (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Macumbeiro (a). Adepto(a) da macumba ou feiticeiro(a) (CASTRO, 2001).

Mandraque ou feiticeiro. Aquele que pratica bruxaria (CASTRO, 2001).

Muambeiro. Que faz feitiço ou muamba (CASTRO, 2001).

Nagôs ou Anagôs. Comunidades religiosas afro-brasileiras que cultuam orixás e se expressam em idioma de base nagô (CASTRO, 2001).

Naná ou Buruku. Divindade anciã, mãe de Obaluaiê, que tem como domínio o barro ou a terra umedecida pela água e que serviu de matéria-prima para a criação dos homens por Oxalá e, por essa razão, associada tanto aos primórdios como à morte (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Nochê. Voduns femininos para o tambor de mina (CARNEIRO, 1964).

Obá, Iansá velha. Orixá guerreira, terceira esposa de Xangô, que teria cortado a própria orelha, induzida por Oxum, outra esposa de Xangô, para servi-la como refeição ao marido e assim reconquistá-lo, o que não aconteceu, razão pela qual dança nos terreiros tapando a orelha mutilada com a mão, com um pano amarrado na cabeça ou com o seu leque (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001).

Obaluaiê Obaluaê ou Obaluaaté. Orixá das doenças, das epidemias, da varíola e demais enfermidades contagiosas e de pele. Equivale a São Roque e tido como Omulu jovem e forte (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Obatalá, Oxalá, Babaribô, Babarubô, Barubô, Obalufá, Odudua, Orixá-babá, Orixalá, Orixiguiá, Orixaguá Oxalufá. Orixá da criação do mundo, pai de todas as entidades, na mitologia iorubá. Teria sido o primeiro a ser criado por Olodumare (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Odudua. Orixá que representa a divinização da terra, considerada uma divindade primordial ioruba que, ao lado de Obatalá, forma o casal propulsor da criação (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Ogum, Roxomacumbe ou Macambira. Orixá da guerra e do fogo, que equivale, no Rio de Janeiro, a São Jorge, e no restante do Brasil, a Santo Antônio. Tem como símbolos a espada e ferramentas como a enxada e a pá. Tem Exu como criado e como animal sagrado o cachorro (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Olodumare, Alaiê, Olodumarê, Olofin, Oluá, Axoqué, Maú, Zambi ou olorun. Orixá considerado o maior de todos e senhor dos vivos e dos mortos. Preside o nascimento, a iniciação e a morte. É identificado como Senhor do Bonfim (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Olokun. Mãe de Iemanjá e dona do mar, cultuada durante a Festa de Iemanjá (CARNEIRO, 1964).

Omulu. Orixá das doenças, das epidemias, da varíola e demais enfermidades contagiosas e de pele. É Obaluaiê na forma de velho decrepito, que traz no corpo as marcas de todas as doenças que carrega e, por tal razão, se veste com um chapéu em forma de manto, feito de palha-da-costa, com fios desfiados de dendezeiro, para que não lhe vejam o corpo (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001).

Onilé. Orixá que representa a terra-mãe, base de toda a vida. É o primeiro a receber as oferendas e a ser evocado nos ritos dos sacrifícios (FERRETTI, 1996).

Oramiá. Orixá da guerra (CASTRO, 2001).

Orixá. Nome genérico para cada uma das entidades sobrenaturais ou forças naturais cultuadas nas comunidades religiosas de origem afro, que teriam o poder de guiar a consciência dos seres vivos e de proteger a comunidade (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001).

Orixá-Ocô. Orixá da agricultura que usa chibata de couro, cajado de madeira e flauta de osso (CASTRO, 2001).

Ossaim. Divindade das folhas, ervas e medicamentos feitos a partir delas e da medicina. É identificado como São Benedito e muitas vezes associado a alguns “encantados” dos mitos indígenas, como o caipora indígena e, posteriormente, como o saci-pererê, pelo fato de possuir apenas uma perna e habitar as matas (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Oxaguian. Oxalá na forma jovem, que se veste sempre de branco, usa espada, escudo, polvarim e mão de pilão (CASTRO, 2001).

Oxalufon. Orixá da paz e da paciência. É Oxalá na forma de um velho que anda com dificuldade e hesitação, apoiando seus passos sobre

um paxorô (grande bastão) de metal branco, encimado pela imagem de um pássaro e ornado por discos de metal e pequenos sinos (CASTRO, 2001).

Oxóssi. Orixá da mata e da caça, protetor dos caçadores e está associado com São Sebastião, São Miguel e São Jorge. É uma das divindades mais populares do candomblé e tornou-se padroeiro do Brasil (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Oxum ou **Dadá.** Divindade que comanda as águas doces dos rios, lagos, fontes e cachoeiras. É identificada como Nossa Senhora das Candeias ou Nossa Senhora das Graças e é a segunda e predileta esposa de Xangô (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Oxumarê ou **Sobô.** Orixá da riqueza, rei dos astros, cuja representação é o camaleão, mas que também pode ganhar forma de serpente (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Oyá-iansã. Divindade das águas e do ar, que controla os ventos. É Iansã na forma de menina e costuma ser reverenciada antes de Xangô, como o vento personificado que precede a tempestade. Está relacionada ao culto dos mortos, onde recebeu de Xangô a incumbência de guiá-los a um dos nove céus de acordo com suas ações (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Povo de santo, gente de santo ou **gente do axé.** Designação genérica para os seguidores e/ou praticantes das religiões afrodescendentes (CASTRO, 2001).

Pretos velhos. Entidades de umbanda. São espíritos que se apresentam em corpo fluídico de velhos africanos que viveram nas senzalas, em sua maioria como escravos que morreram no tronco ou de velhice, e

que adoram contar as histórias do tempo do cativo (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Quiumbas, Kiumbas ou **Exus pagãos**. Espíritos trevosos ou obsessores (FERRETTI, 1996).

Rei Congo. Importante personagem na congada, preto-velho da umbanda (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Santo. Nome genérico para as divindades africanas classificadas como inquice, orixá ou vodum (CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001).

Sapanná. Divindade Jeje, vodum rei da terra, senhor das doenças, da vida e da morte e deus da humildade, filho de Nanã Buruku e foi por esta abandonado após o nascimento, encontrado e criado por Yemanjá. Está ligado a Ewá, sua companheira (FERRETTI, 1996).

Tobôssis. Entidades femininas infantis, recebidas apenas por vondúnsi gonjaís (FERRETTI, 1996).

Tohossu. Voduns que residem em riachos. Seu culto provém da crença de que as crianças que nascem com deformações físicas são espíritos das águas encarnados. A tradição mandava que essas crianças fossem devolvidas às águas (FERRETTI, 1996).

Toi. Vodum masculino (FERRETTI, 1996).

Toquês ou **toquenos**. Forma que o tambor de mina atribui para voduns mais jovens (BASTIDE, 1971).

Vodum. Denominação genérica das divindades em jeje, correspondente a inquice e orixá, e que no Tambor de Mina são tidas como ancestrais da família real do reino de Daomé (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1964; CASTRO, 2001).

Vodunce. Noviço (CASTRO, 2001)

Vodunce-aê. Pagão, não iniciado (CASTRO, 2001).

Vodunsi. Filho de santo no candomblé jeje. Os vodúnsis da família de Dan são chamados de megitó, enquanto os da família de Kaviungo do sexo masculino são chamados de doté e os do sexo feminino de doné (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1964; FERRETTI, 1996).

Vodunsi-he. Pessoa “feita” no Jeje Mina (FERRETTI, 1996).

vodunsi gonjaí. Vodunsis que se submetem fizeram um processo especial de iniciação para serem filhas de santo completas (FERRETTI, 1996).

Xangô, Zaze, Adanji, Afoná, Xangô-leí, Aganju, Adelaiê ou **Afonjá.** É o orixá dos raios e do trovão, que tem como símbolo o machado de duas faces e seus filhos quando o incorporam, usam uma coroa mostrando a condição de rei deste orixá, que é identificado com são Jerônimo, retratado como um velho imponente sentado ao redor de livros e tendo aos seus pés um leão, símbolo da realeza entre os iorubas (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1964; CASCUDO, 2012; CASTRO, 2001; LOPES, 2006; MATTOS, 2008).

Xangô-dioro, Xangô-de-ouro ou **Xangô-menino.** Forma jovem do orixá Xangô e protetor das crianças (CASTRO, 2001).

Zomadonu. Nome de um tohossu (bebê deformado), filho do rei Akabá (1680-1704) do Daomé. É patrono do terreiro Casa das Minas, também chamado de Querebentã de Zomadonu, em São Luís do Maranhão, contudo este terreiro não possui características de tohossu (BASTIDE, 1971; CARNEIRO, 1964; FERRETTI, 1996).

O tema **religião** também é figurativizado pelos vocábulos que representam a forma linguística como são designados os objetos e utensílios utilizados de alguma forma para e/ou pela prática religiosa afrodescendente. Vejam-se:

Balangandá. Conjunto de ornamentos de metal em forma de figa, fruto, animal, medalhas, chaves etc., utilizados em especial na festa do Senhor do Bonfim, em Salvador, pendente da cintura ou do pescoço das afro-brasileiras que acreditam ser este um poderoso amuleto contra o mau-olhado e outras forças adversas (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Bamba ou lamba. Bastão, vara ou chicote (CASTRO, 2001).

Cabaça. Saco, alforje ou mochila (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

Cazumba. Cadeira (CASTRO, 2001).

Imbuchado. Colchão ou travesseiro (CASTRO, 2001).

Quizomba. Festa ou celebração (CASTRO, 2001; LOPES, 2006).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Literatura popular de cordel**: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica. 2011. Tese (Doutorado em Letras) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de *et al.* Glossário da Biblioteca Digital Paulo Freire. *In*: BRENNAND, Edna Guimarães de Góes; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Paulo Freire**: diálogos e redes digitais. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB – 2008 a 2012. **Informação e Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 22, número especial, p. 79-100, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13678/8211>. Acesso em: 20 dez. 2018.

AMORIM, Alessandro Moura de. **MNU representa Zumbi (1970-2005)**: cultura histórica, movimento negro e ensino de História. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Memória da ciência**: a (in) visibilidade dos (as) negros (as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba.

Projeto de Pesquisa– Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação no movimento negro da Paraíba**. Projeto de Pesquisa – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A responsabilidade ético-social como princípio de inclusão de negros (as) nas universidades públicas. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (org.). **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

ARAÚJO, Humberto. **Maracatu leão coroado**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1989. (Coleção Recife, LIV).

AYALA, Maria Ignez Novais. Os cocos: uma manifestação cultural em três momentos do século XX. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, jan./abr. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100020&script=sci_arttext Acesso em: 15 nov. 2018.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 47-58, jan./abr. 2008a. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/540/520>. Acesso em: 21 dez. 2018.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados: UFGD, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008b.

Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1061/764>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CARLAN, Eliana. Atributos dos requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR). *In*: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (org.). **Passeios no bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010, Capítulo 3, p. 61-80. Edição eletrônica. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC). Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

BARBOSA, Zarcillo. Porto de Galinhas. **Jornal da Cidade**. Bauru, 15 dez. 2011. Disponível em: http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=219157. Acesso em: 15 fev. 2019

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Série Fundamentos).

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARROS, Lúcia de Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Tradução de Maria Eloisa Capellato, Olívia Krahenbulhl. São Paulo: Pioneira, 1971. 2 v.

BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

BRÄSCHER, Marisa; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In*: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (org.).

Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010, p. 147-176. Edição eletrônica. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC). Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Senado, Brasília, DF, 05 out. 1988.

Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial**

da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 15 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 11 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Lei 12.990/2014, de 09 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 10 jun. 2014. Seção 1, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRENNAND, Edna Guimarães de Góes; BEZERRA, Ed Porto. Espaço público virtual: rizomas metodológicos da Biblioteca Digital Paulo Freire. *In*: BRENNAND, Edna Guimarães de Góes; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Paulo Freire: diálogos e redes digitais.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

CAFÉ, Lígia Maria Arruda; SALES, Rodrigo de. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. *In*: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (org.). **Passeios no bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010, p. 115-129. Edição eletrônica. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC). Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CANANÉA, Fernando Antonio Abath Luna Cardoso. Cultura dos invisíveis e educação popular: a expressão cidadã em busca de um processo democrático. **Conceitos**, João Pessoa, v. 1, p. 114-119, 2001. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_cultura_dos_invisiveis_e_educacao_popular. Acesso em: 12 fev. 2019.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **RICI**: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CE0QFjAH&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.unb.br%2Findex>.

php%2FRICI%2Farticle%2Fdownload%2F6209%2F5102&ei=3soNVdX2BIHDgwTys4DoBA&usg=AFQjCNG2hSgZGkkCTh3RVGDjqi7sdQNWCA. Acesso em: 15 nov.2018.

CARNEIRO, Edison. **Ladinos e crioulos**: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

CARVALHO, Flávia Maria de. Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais. **MNEME – Revista de Humanidades**, Caicó, v. 11, n. 27, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/835/773>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução de Dinah Kleve. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. *In*: SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação. **Pasta de textos da professora e do professor**. Salvador, 2005.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Informação e conhecimento: quando os conteúdos pertinentes à população negra são tratados na sala de aula. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (org.). **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do sistema interamericano. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, v. 3, n. 5, p. 42-69, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n5/en_v3n5a03.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

CINTRA, Ana Maria *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. (Coleção Palavra-chave, 4).

CORRÊA, Norton F. A cozinha é a base da religião: a culinária ritual no batuque do Rio Grande do Sul. *In*: CANESQUI, Ana Maria; DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 69-85. (Coleção antropologia e saúde). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/v6rkd/05>. Acesso em: 15 dez. 2018.

CORRÊA, Norton F. **O batuque no Rio Grande do Sul**: antropologia de uma religião afro-rio-grandense. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1992.

CRITELLI, Dulce Mára. **Educação e dominação cultural**: tentativa de reflexão antológica. São Paulo: Cortez, 1981.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

D'AMORIM, Elvira; ARAÚJO, Dinalva. **Do lundu ao samba: pelos caminhos do coco**. João Pessoa: Idéias/Arpoador, 2003.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/2137/2707>. Acesso em: 12 jan. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007. Acesso em: 12 jan. 2019.

DONIZETTI, Leila. **Filiação socioafetiva e direito à identidade genética**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. Maculelê. *In*: GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Coordenação do Ensino Fundamental. **Reorientação curricular do 6º ao 9º ano - currículo em debate – Goiás: sequências didáticas – convite à ação – educação física**. Goiânia: SEDUC, 2009. (Caderno 7.4). Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/1.2%20Plano%20do%20Componente%20Curricular/>

Caderno%207.4%20-%20Ed%20F%C3%ADsica.pdf. Acesso em: 12 jan. 2019.

FERRETTI, Mundicarmo. **Desceu na guma:** o caboclo do tambor de mina em um terreiro de São Luís – a Casa Fanti-Ashanti. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo. **Maranhão encantado:** encantaria maranhense e outras histórias. São Luís: UEMA Editora, 2000.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Comida ritual em festas de tambor de mina no Maranhão. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 21, p. 242-267, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n21p242/2628>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Festa do divino no Maranhão. *In*: CATÁLOGO da exposição divino toque do Maranhão. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN/MEC, 2005, p. 9-29. Disponível em: <http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Festa%20do%20Divino%20no%20Maranhao.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Mário de Andrade e o tambor de crioula do Maranhão. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 3, n. 5, p. 93-112, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/805/516>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Querebentá de Zomadonu:** etnografia da Casa das Minas do Maranhão. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 1996.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Tambor de crioula:** ritual e espetáculo. 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

FIGUEIREDO, Ivone de Lucena. Procedimentos de tematização e figurativização na produção textual de alunos de terceiro grau. **Revista do GELNE**, Natal, v. 1, n. 1,

p. 49-51, 1999. Disponível em: http://www.gelne.org.br/RevistaGelne/arquivos/artigos/art_5e917101b7920720c581_a693a5785f09_187. Acesso em: 13 dez. 2018.

FIORIN, José Luiz. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. **Revista D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 177-207, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2018.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FLORES, Elio; CAVALCANTI, Joana D'arc Souza. Democracia partida: sociedade da informação e população negra. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. (org.). **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

FRANCELIN, Marivalde Moacir; KOBASHI, Nair Yumiko. Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 207-228, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1856/1411>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FREIRE, Bernardina Maria Juvenal. **Paixão de (in)formar: práticas alfabetizadoras no Programa Tijolo sobre Tijolo – Projeto Escola Zé**

Peão em canteiros de obras. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GODOY, Arilda Achmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em: http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy. Acesso em: 12 nov. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005, p. 39-62. (Coleção Educação para todos). Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rcct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D16354%26Itemid%3D&ei=MIoZVfD

ON8eigwS-7oGQAw&usg=AFQjCNHjWWxdnIB6oHz1DZrS9TPZH
Lu9DQ. Acesso em: 08 jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC/UNESCO, 2012. (Coleção Educação para todos, 36).

GÓMEZ, Maria Nélide G. de. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 77-83, 1995.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Trad. Alceu Dias *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.

GUEDES, Roger de Miranda; DIAS, Eduardo José Wense. Indexação social: abordagem conceitual. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 39-53, jan./jun. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HOLANDA. Adriana Buarque de; SILVA, Fábio Mascarenhas e. Memória e esquecimento para além dos suportes materiais de registro da informação: a cibercultura no ciberespaço. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 1-13, out. 2012. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out12/Art_01.htm. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Complexo cultural do bumba-meu-boi do Maranhão. c2014a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=17768&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Jongo, patrimônio imaterial brasileiro. c2014b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=517>. Acesso em: 12 dez. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. O país está em festa: carimbó é patrimônio cultural brasileiro. c2014c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18607&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Roda de capoeira é mais novo patrimônio cultural imaterial da humanidade. c2014d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18713&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Tambor de crioula do Maranhão. c2014e. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=17756&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>. Acesso: 15 jan. 2019.

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 1-24, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10390/9281>. Acesso em 12 nov. 2018.

LARA, Marilda Lopes Ginez. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, dez. 2001. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm. Acesso em: 12 fev. 2019.

LARA, Marilda Lopes Ginez. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do Grupo Tema. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 92–121, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10391/9285>. Acesso em: 12 jan. 2019.

LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. Tradução de Maria Yeda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. 2003. **História e memória**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIMA, Eliane Soares de. Leitura e interação afetiva: procedimentos de discursivização e textualização em “Conversa de bois”, de Guimarães Rosa. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 9, n. 2, dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.usp.br/esse>. Acesso em 15 abr. 2019.

LODY, Raul. **Tem dendê, tem axé**: etnografia do dendezeiro. 12. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1992. (Série Raízes, 2).

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

LYRA, Márcia Cristina de Miranda. **A informação como coisa**. 2016. (Resenha do Artigo Information as thing – de BUCKLAND). Disponível em: <https://paulobarbosa175.wordpress.com/2016/04/12/>

resumo-do-artigo-information-as-thing-de-buckland/. Acesso em: 12 nov. 2018.

MARI, Hugo. Dos fundamentos da significação à produção do sentido. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 93-109, jan./jun. 1996. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/237>. Acesso em 29 nov. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

MATTE, Ana Cristina Fricke; LARA, Glaucia Muniz Proença. Um panorama da semiótica greimasiana. **Alfa – Revista de Linguística**, São Paulo, v. 2, n. 53, p. 339-350, 2009. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2119>. Acesso em: 12 mar 2019.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, Conrado Moreira. Da linguística estrutural à semiótica discursiva: um percurso teórico-epistemológico. **Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 173-193, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/viewFile/975/810>, Acesso em 12 jan. 2019.

MENDONÇA, Ana Valéria Machado. O uso da análise do discurso do sujeito coletivo em ciência da informação. *In*: MUELLER, Suzana

Pinheiro Machado (org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília, Thesaurus, 2007. p. 149-170. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. *In*: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996.

NERY, Cristiane Gusmão. **Um olhar sobre o congado das Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://issuu.com/crisnery/docs/um_olhar_sobre_o_congado_das_minas_. Acesso em 15 dez. 2018

NICOLIN, Janice de Sena. **Artebagaço Odeart: ecos que entoam a mata africano-brasileira do cabula**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** São Paulo, v. 11, n. 4. dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000500003. Acesso em: 12 jan. 2019.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na ciência da informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/416/298>. Acesso em: 28 dez. 2018.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação étnico-racial ao projeto “A Cor da Cultura”.

2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação étnico-racial na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, set. 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/453/385>. Acesso em: 28 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos - Resolução 217 A (III) 1948**. Rio de Janeiro: UNIC/Rio, 2009. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. 31. Sessão, 2 nov. 2001. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A2ncia-e-Cultura/declaracao-universal-sobre-a-diversidade-cultural-e-plano-de-acao.html>. Acesso em: 03 mar. 2019.

PARANHOS, Adalberto. A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. **História**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 81-113, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v22n1/v22n1a04.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PENTEADO JÚNIOR, Wilson Rogério. **Jongueiros do Tamararé**: um estudo antropológico da prática do jongo no Vale do Paraíba Paulista (Guaratinguetá-SP). 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PERNA, Marco Antonio. **Samba de gafeira**: a história da dança de salão brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

PINTO, Virginia Bentes. Representação do conhecimento em Ciência da Informação através dos esquemas de tarefa (ETAF). In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

PORTELA, Adélia Luiza *et al.* **Educação e os afro-brasileiros**: trajetórias, identidades e alternativas. Salvador: UFBA, 1997. (Programa A cor da Bahia; Novos toques).

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/46/04-reginaldo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUERINO, Manuel Raimundo. **Costumes africanos no Brasil**. 2. ed. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana; FUNARTE, 1988.

RIBEIRO, Carmem. Religiosidade do índio brasileiro no candomblé da Bahia: influências africana e européia. **Afro-Ásia CEAO UFBA**, Salvador, n. 14, 1983. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n14_p60.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICCOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSR Informações, 2003.

RODRIGUES, Donizetti. Património Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica. **UBImuseum– Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**, Covillá, Portugal, v. 1, n. 1, p. 45-52, maio 2012. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos, 103)

SANTANA, Vanessa Alves. **Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da UFPB**. João Pessoa: UFPB, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=pt. Acesso em: 21 jan. 2019.

SANTOS, Vilson Pereira dos. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. **Revista Enciclopédia Biosfera - Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v. 9, n. 16, p. 2393-2408, 2013. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2013a/humanas/Tecnicas%20da%20Tortura.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 16 nov.2018.

SERRA, Joaquim Paulo. **A informação como utopia**. Covillá, Portugal: Estudos em Comunicação, Universidade da Beira Interior, 1998.

SILVA, Alba Ligia de Almeida; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A (in)visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 21, n. 1, p. 91-108, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9645/5601>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da; FERREIRA, Carla Georgea Silva. Ritmo, território e etnicidade: o bumba meu boi do Maranhão. *In*: FERRETTI, Sérgio Figueiredo (org.). **Museus Afro-Digitais e Política Patrimonial**. São Luís: EDUFMA, 2012.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba.

2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Olga Maria Tavares da. Comunicação e informação: caminhos de conexão. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque. (org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2007.

SOUSA, Beatriz Alves de. **Glossário: biblioteconomia – arquivologia – ciência da informação**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

SOUZA, Tárík de. **Tem mais samba: das raízes à eletrônica**. São Paulo: 34, 2003. (Coleção todos os cantos).

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas: limites da metodologia de inventário de referências culturais.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 18, n. 38, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832012000200004&script=sci_arttext. Acesso em 18 nov. 2018.

TÁLAMO, Maria de Fátima G.M. A definição semântica para a elaboração de glossários. *In*: SMIT, Johanna W. (org.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1011/1/An%C3%A1lise%20document%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; LENZI, Livia Aparecida Ferreira. Terminologia e documentação: a relação solidária das organizações do conhecimento e da informação no domínio da inovação tecnológica. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 1-13, ago. 2006. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago06/Art_03.htm. Acesso em: 12 dez. 2018.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Editora da UFC, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SOBRE OS AUTORES

Maria Antonia de Sousa

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão. Bibliotecária da Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba e Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia - 15ª Região.

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela USP. Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduação em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco.

EU

Este livro foi diagramado pela
Editora UFPB em 2019,
Impresso em papel Offset 75 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m².

Este livro é fruto de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e apresenta um subsídio prático sobre a informação étnico-racial de matrizes africana e afrodescendente, articulada com os fundamentos teóricos da Ciência da Informação com a finalidade de resgatar, disseminar e agregar valor ao conhecimento da ancestralidade africana e seus descendentes.

ISBN 978-85-237-1513-7



9 788523 715137